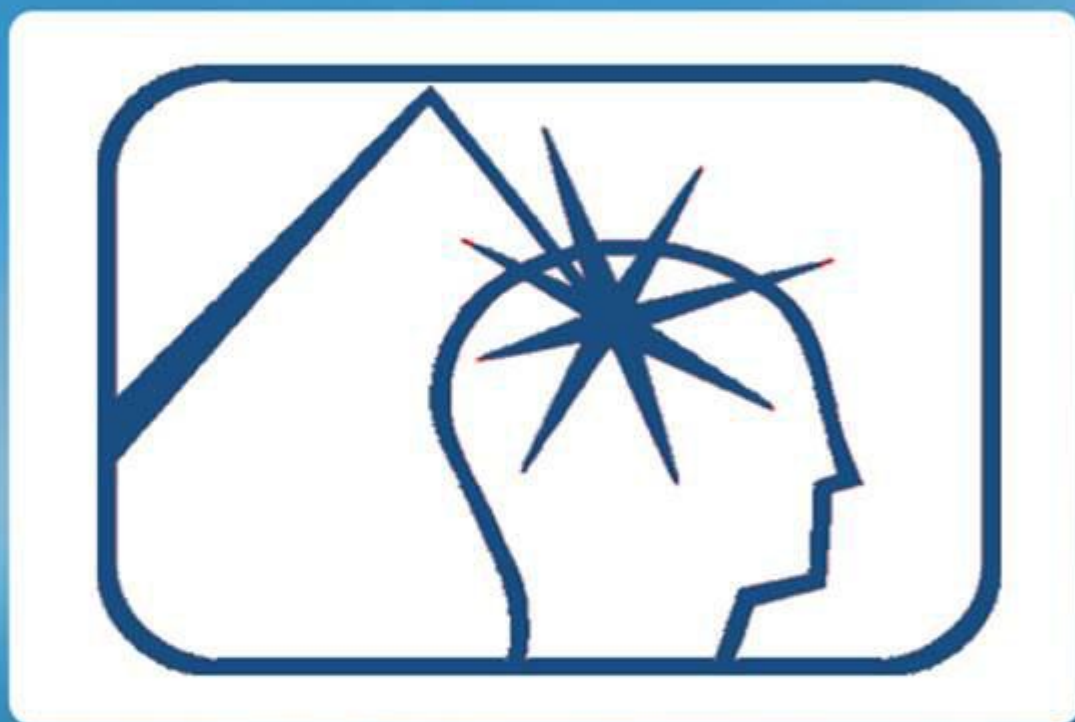


ISSN - 0104-4141

# Revista Brasileira de Educação a Distância



Instituto de  
Pesquisas e  
Administração da  
Educação

ANO 20 - 110 janeiro / fevereiro 2012

ISSN 0104-4141

# **Revista Brasileira de Educação a Distância**

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

# INDICE

|  | Página |
|--|--------|
| <b>Editorial</b>   | 5      |
| <b>Tecnologia e Educação a Distância: Abordagens e Contribuições dos Ambientes Digitais e Interativos de Aprendizagem</b><br><i>Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida</i> | 6      |
| <b>Educação a Distância: entraves e avanços</b><br><i>Ednilde Guerra Terças Santos</i>   | 16     |
| <b>A Educação a Distância na Formação do Educador</b><br><i>Lael Kennerly Nascimento</i>   | 21     |
| <b>Regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância</b>   | 30     |
| <b>Posicionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CNTEE sobre EAD</b>   | 33     |
| <b>Credenciamento para educação superior a distância</b>   | 35     |
| <b>Normas para publicação em Revista Brasileira de Educação a Distância</b>  | 45     |

### **Perfil Institucional**

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Atua nas áreas de Administração da Educação, Informações Educacionais, Direito Educacional, Tecnologia em Educação, Educação a Distância e Pesquisas Educacionais.

### **Revista Brasileira de Educação a Distância**

- Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação
- Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).
- ISSN (International Standard Serial Number) nº 0104-4141 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.
- Permitida a reprodução e disseminação, desde que citada a fonte.

**Editor Responsável** - João Roberto Moreira Alves

**Consultores:** Achilles Moreira Alves Filho; Agostinho Bacha Rizzo; Alexandre Domene Kuaik; Augusta Isabel Junqueira Fagundes; Aurora Eugênia de Souza Carvalho; Bruno Lannes Aguiar Pacheco; Cayo Vinicius Honorato da Silva; Cleiton Evandro Corrêa Pimentel; Cristiano George Campos Heinzl; Dalton da Silva e Souza ; Danilo Figueira Gonçalves; Daruiz Castellani; Eduardo Desiderati Alves; Heloisa Teixeira Argento; Heraldo Pereira Duarte; Joice Raddatz; José Alexandrino Neto; Juan Marcos A. Yañez; Luciano Santos da Silva; Luis Felipe Camêlo de Freitas; Luiz Kelly Martins dos Santos; Marcia Romana de Oliveira Grassi; Marinaldo Baia Corrêa; Silvilde de Souza Martins da Silva; Mathias Gonzalez de Souza; Mônica Ferreira de Melo; Neuza Maria Thomaz; Ney Stival; Roberto Desiderati Alves; Roger Bédard; Sergio Henrique de Alcântara; Silvia Maria Pinheiro Bonini Pereira; Simone Marie Itoh de Medeiros Teresa da Silva Rosa; e Wagner Digenova Ramos.

### **Edição e Administração**

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 -Rio de Janeiro - RJ - Brasil

<http://www.ipae.com.br>- e-mail:ipae@ipae.com.br

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

- Revista Brasileira de Educação a Distância  
- N. 1 (dez. 1993). - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1993 - N.1 ; 29.5 cm Bimestral  
Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.  
1.Educação a Distância- Rio de Janeiro -periódico. I. Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. CDU 37.018.43(81)(05)

## Editorial

A Revista Brasileira de Educação a Distância destaca na presente edição um trabalho que evidencia a “Tecnologia e Educação a Distância: Abordagens e Contribuições dos Ambientes Digitais e Interativos de Aprendizagem”.

Numa sequência aborda um interessante artigo com o provocativo título “Educação a Distância: entraves e avanços”.

Destaque também para o texto que versa sobre “A Educação a Distância na Formação do Educador

Os três artigos possibilitam uma análise detalhada de estudos feitos por pesquisadores que acreditam na EAD como elemento fundamental para o progresso da humanidade. O periódico, ao lado da produção científica, traz informações sobre os temas que tramitam no Congresso Nacional e, nessa edição, destaca o projeto de lei que objetiva a regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância. Trata-se de um PL que terá muitas dificuldades para avançar nas casas legislativas, tendo em vista, especialmente, o desconhecimento quase total do assunto pelos parlamentares brasileiros.

Como penúltimo assunto aborda o posicionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CNTEE sobre EAD. A entidade congrega professores e auxiliares de administração escolar que atuam nas escolas particulares.

Por fim, como de praxe, há dois novos pareceres do Conselho Nacional de Educação que versam sobre os credenciamentos para educação a distância.

*João Roberto Moreira Alves*

**IPAE 182 (02/12)**

# Tecnologia e Educação a Distância: Abordagens e Contribuições dos Ambientes Digitais e Interativos de Aprendizagem

*Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida (\*)*

**Resumo:** *Nas últimas décadas, a preocupação com a disseminação e a democratização do acesso à educação para atender a grande massa de educandos, evidenciou a importância da educação a distância, realizada a princípio por meio de correspondência, posteriormente através do uso de meios de comunicação como o rádio e a televisão associados a materiais impressos enviados pelo correio. O advento das tecnologias de informação e comunicação trouxe novas perspectivas para a educação a distância, levando universidades, escolas, centros de ensino, organizações empresariais e grupos de profissionais de educação, design e hipermídia a se dedicarem ao desenvolvimento de cursos a distância com suporte em ambientes digitais de aprendizagem acessados via internet, os quais assumem distintas abordagens. Este artigo discute as abordagens usuais da educação a distância, destacando o uso crescente das TIC para o desenvolvimento de um processo educacional interativo que incita a evolução de competências de leitura e escrita para enfrentar situações do cotidiano e conseqüentemente a inclusão digital.*

**Palavras-chave:** *educação a distância, tecnologia de informação e comunicação, interação*

## **Introdução:**

Desde o século XIX, a educação a distância – EaD com o uso do correio para transmitir informações e instruções aos alunos e receber destes as respostas às lições propostas, funciona como alternativa empregada principalmente na educação não formal. Posteriormente, foi usada para tornar a educação convencional acessível às pessoas residentes em áreas isoladas ou àqueles que não tinham condições de cursar o ensino regular no período apropriado, associando o uso do rádio como meio de emissão rápida de informações ao envio de materiais via correios, o que imputou à EaD a reputação de educação de baixo custo e de segunda classe.

Nas últimas décadas, a educação a distância tomou um novo impulso com a integração de tecnologias tradicionais de comunicação como o rádio e a televisão associados aos materiais impressos enviados pelo correio, o que favoreceu a disseminação e a democratização do acesso à educação em diferentes níveis, permitindo atender a grande massa de alunos.

A disseminação do uso das tecnologias de informação e comunicação em diferentes ramos da atividade humana, bem como sua integração às facilidades da telecomunicações, evidenciou possibilidades de ampliar o acesso à formação continuada e o desenvolvimento colaborativo de pesquisas científicas. Mais importante do que a ampliação de possibilidades, a incorporação à EaD de diferentes recursos tecnológicos, e, especialmente das tecnologias de informação e comunicação - TIC, a partir das potencialidades e características que lhe são inerentes, apresenta-se como estratégia para democratizar e elevar o padrão de qualidade da formação de profissionais e a melhoria de qualidade da educação brasileira.

Para tanto, há que se investigar sobre as possibilidades de processos EaD baseados em práticas sociais significativas e no estudo de problemáticas do cotidiano, processos estes centrados no diálogo entre alunos e professores e respectivos mecanismos de representação da expressão do pensamento, acesso às informações e produção de conhecimento.

É importante compreender que os desafios da EaD são congruentes com os desafios do sistema educacional em sua totalidade, cuja análise implica em analisar que educação se pretende realizar, para quem se dirige, com quem será desenvolvida, com o uso de quais tecnologias e quais as abordagens mais adequadas para acelerar o processo de inclusão social da população brasileira.

Com o intuito de desenvolver investigações para identificar as contribuições do uso das TIC na formação inicial ou continuada, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas com o uso de ambientes digitais e interativos de aprendizagem para a inclusão digital e social, um grupo de docentes e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da PUC/SP, adotou como foco de estudos as concepções teóricas e novas metodologias para educação a distância, alfabetização e inclusão digital.

O presente artigo constitui uma elaboração teórica a respeito dos estudos desenvolvidos nesse grupo, explicitando as abordagens usuais da educação a distância, as contribuições do potencial de interatividade das TIC (Silva, 2000) para concretizar a interação entre pessoas (aluno-aluno e professor-aluno), objetos de aprendizagem e recursos hipermedáticos nos ambientes virtuais e interativos de aprendizagem, a produção de conhecimento individual e grupal, a evolução de competências de leitura e escrita para enfrentar situações do cotidiano e a inclusão digital.

### **Abordagens da educação a distância**

A integração de meios de comunicação de massa tradicionais - rádio e televisão, com a melhoria na rapidez de distribuição de materiais impressos pelo correio, provocou a expansão da educação a distância a partir de centros de ensino e produção, os quais emitem as informações de maneira uniforme para todos os alunos, que recebem as produções dos emissores, estudam os conceitos recebidos, realizam os exercícios propostos e os remetem aos órgãos responsáveis pelo curso para avaliação e emissão de novos módulos de conteúdo.

Embora a educação a distância realizada através de meios convencionais de transmissão dificulte o estabelecimento de inter-relações entre emissor e receptor, processo e produto e apresente altos índices de desistência, ela encontra-se disseminada em todas as partes do mundo, devido à necessidade de atender a crescente parcela da população que busca sua formação (inicial ou continuada) a fim de adquirir condições de competir no mercado de trabalho.

Nessa abordagem de educação a distância, conta-se com a presença do professor para elaborar os materiais instrucionais e planejar as estratégias de ensino e com um tutor encarregado de responder as dúvidas dos alunos. Quando o professor não se envolve nas interações com os alunos, o que é muito freqüente, cabe ao tutor fazê-lo. Porém, caso esse tutor não compreenda a concepção do curso ou não tenha sido devidamente preparado para orientar o aluno, corre-se o risco de um atendimento inadequado que pode levar o aluno a abandonar a única possibilidade de interação com o tutor, passando a trabalhar sozinho sem ter com quem dialogar a respeito de suas dificuldades ou elaborações.

O advento das tecnologias de informação e comunicação – TIC trouxe novas perspectivas para a educação a distância devido às facilidades de design e produção sofisticados, rápida emissão e distribuição de conteúdos, interação com informações, recursos e pessoas, bem como à flexibilidade do tempo e à quebra de barreiras espaciais. Universidades, escolas, centros de ensino, organizações empresariais, grupos de profissionais de design e hipermídia lançam-se ao desenvolvimento de portais educacionais ou cursos a distância com suporte em ambientes digitais de aprendizagem que funcionam via internet para realizar tanto as tradicionais formas mecanicistas de transmitir conteúdos digitalizados como processos de comunicação multidirecional e produção colaborativa de conhecimento.

Conforme Prado e Valente (2002: 29) as abordagens de EaD por meio das TIC podem ser de três tipos: broadcast, virtualização da sala de aula presencial ou estar junto virtual. Na abordagem denominada broadcast, a tecnologia computacional é empregada para “entregar a

informação ao aluno” (ib) da mesma forma que ocorre com o uso das tecnologias tradicionais de comunicação como o rádio e a televisão. Quando os recursos das redes telemáticas são utilizados da mesma forma que a sala de aula presencial, acontece a virtualização da sala de aula, que procura transferir para o meio virtual o paradigma do espaço-tempo da aula e da comunicação bidirecional entre professor e alunos. O estar junto virtual, também denominado aprendizagem assistida por computador - AAC, explora a potencialidade interativa das TIC propiciada pela comunicação multidimensional, que aproxima os emissores dos receptores dos cursos, permitindo criar condições de aprendizagem e colaboração.

No entanto, utilizar as TIC como suporte à EaD apenas colocando o aluno diante de informações, problemas e objetos de conhecimento pode não ser suficiente para envolvê-lo e despertar-lhe tal motivação pela aprendizagem que ele crie procedimentos pessoais que lhe permitam organizar o próprio tempo para estudos e participação das atividades, independente do horário ou local em que esteja. Conforme Almeida (2000: 79) é preciso criar um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa ao aluno, “desperte a disposição para aprender (Ausubel apud Pozo, 1998), disponibilize as informações pertinentes de maneira organizada e no momento apropriado, promova a interiorização de conceitos construídos”.

### **Ambientes digitais de aprendizagem**

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos. As atividades se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento prévio denominado design educacional, o qual constitui a espinha dorsal das atividades a realizar, sendo revisto e reelaborado continuamente no andamento da atividade.

Os recursos dos ambientes digitais de aprendizagem são basicamente os mesmos existentes na internet (correio, fórum, bate-papo, conferência, banco de recursos etc.). Esses ambientes têm a vantagem de propiciar a gestão da informação segundo critérios pré-estabelecidos de organização definidos de acordo com as características de cada software e possuem bancos de informações representadas em diferentes mídias e interligadas por meio de conexões (links internos ou externos ao sistema).

O gerenciamento desses ambientes diz respeito à diferentes aspectos, destacando-se a gestão das estratégias de comunicação e mobilização dos participantes, a gestão da participação dos alunos por meio do registro das produções, interações e caminhos percorridos, a gestão do apoio e orientação dos formadores aos alunos e a gestão da avaliação.

Os ambientes digitais de aprendizagem podem ser empregados como suporte para sistemas de educação a distância realizados exclusivamente on line, para apoio às atividades presenciais de sala de aula, permitindo expandir as interações da aula para além do espaço-tempo do encontro face-a-face ou para suporte à atividades de formação semi-presencial nas quais o ambiente digital poderá ser utilizado tanto nas ações presenciais como nas atividades a distância.

A fim de melhor compreender as diversas metodologias como se desenvolvem a educação a distância com suporte em ambientes digitais de aprendizagem, é importante especificar o significado de alguns termos freqüentemente empregados como equivalentes, mas que possuem especificidades relacionadas com as formas como esses ambientes são incorporados ao processo educacional, quer se realizem nas modalidades tradicionais do ensino formal, quer sejam atividades livres ou relacionadas a programas de formação continuada.

Educação on line, educação a distância e e-learning são termos usuais da área, porém não são congruentes entre si. Educação a distância é assim denominada devido à noção de



distância física entre o aluno e o professor, podendo realizar-se pelo uso de diferentes meios (correspondência postal ou eletrônica, rádio, televisão, telefone, fax, computador, Internet etc.) e técnicas que possibilitem a comunicação.

Educação on line é uma modalidade de educação a distância realizada via internet, cuja comunicação ocorre de forma síncrona ou assíncrona. Tanto pode utilizar a internet para distribuir rapidamente as informações como pode fazer uso da interatividade propiciada pela internet para concretizar a interação entre as pessoas, cuja comunicação pode se dar de acordo com distintas modalidades comunicativas, a saber:

- comunicação um-a-um, ou dito de outra forma, comunicação entre uma e outra pessoa, como é o caso da comunicação via email que até pode ter uma mensagem enviada para muitas pessoas desde que exista uma lista específica para tal fim, mas sua concepção é a mesma da correspondência tradicional, portanto existe uma pessoa que remete a informação e outra que a recebe.

- comunicação de um para muitos, ou seja, de uma pessoa para muitas pessoas, como ocorre no uso de fóruns de discussão, nos quais existe um mediador e todos que têm acesso ao fórum, enxergam as intervenções e fazem suas colocações;

- comunicação de muitas pessoas para muitas pessoas, ou comunicação estelar, que pode ocorrer na construção colaborativa de um site ou na criação de um grupo virtual, como é o caso das comunidades colaborativas em que todos participam da criação e desenvolvimento da própria comunidade.

O e-Learning é uma modalidade de educação a distância com suporte na internet que se desenvolveu a partir das necessidades de empresas relacionadas com o treinamento de seus funcionários, cujas práticas estão centradas na seleção, organização e disponibilização de recursos didáticos hipermediáticos. Porém, devido ao descaso para com o aproveitamento do potencial de interatividade das TIC na criação de condições que concretizem a interação entre as pessoas, a troca de experiências e informações, a resolução de problemas, a análise colaborativa de cenários e os estudos de casos específicos, profissionais envolvidos com o e-learning vêm denunciando a falta de interação entre as pessoas como fator de desmotivação, de altos índices de desistência e baixa produtividade.

Assim, e-Learning originado no treinamento corporativo segundo a perspectiva de treinamento, começa a incorporar práticas voltadas ao desenvolvimento de competências por meio da interação e colaboração entre os aprendizes. Considerado no momento a solução para superar as dificuldades de tempo, deslocamento e espaço físico que comporte muitas pessoas reunidas, o e-Learning está sendo apontado como a tendência atual de treinamento, aprendizagem e formação continuada no setor empresarial

Em qualquer tipo ou modalidade de atividade a distância, pode-se lançar mão de diferentes meios e recursos, tais como hipertextos veiculados em CD-Rom, distribuição de material impresso via correios, vídeos, teleconferências etc. O termo blended learning tem sido empregado para indicar a capacidade de um mesmo sistema integrar diferentes tecnologias e metodologias de aprendizagem com o intuito de atender às necessidades e possibilidades das organizações e às condições dos alunos, visando potencializar a aprendizagem e o alcance dos objetivos. Também denominado e-Learning híbrido, diz respeito à atividades que podem englobar auto-formação assíncrona, interações síncronas em ambientes virtuais, encontros ou aulas e conferências presenciais, outras dinâmicas usuais de aprendizagem e diversos meios de suporte à formação, tanto digitais como outros mais convencionais.

A distância geográfica e o uso de múltiplas mídias são características inerentes à educação a distância, mas não são suficientes para definirem a concepção educacional. A par disso, a ótica presente na regulamentação do artigo 80 da LDB, do Decreto no 2.494 de 10/02/98, indica como característica da educação a distância a auto-aprendizagem mediada por recursos didáticos, sem salientar o papel do aluno e do professor, bem como as respetivas

interações e intencionalidade implícita em todo ato pedagógico voltada ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

A noção de proximidade é relativa à abordagem educacional adotada, a qual subjaz a todo ato educativo, presencial ou a distância. Além disso, a educação presencial também pode fazer uso de recursos hipermediáticos. A amplitude da distância é dada pela concepção epistemológica e respectiva abordagem pedagógica, a qual separa ou aproxima professor e alunos. Existe um conjunto de aspectos indicadores da coerência com a concepção epistemológica que interferem na distância e direção comunicacional criada entre professor e alunos, os quais se fazem presente tanto na educação presencial como na educação a distância. A distância, que pode afastar ou aproximar as pessoas se refere à mediação pedagógica, sendo designada por Moore como “distância transacional”, cuja amplitude pode ser medida pelo nível do diálogo educativo que pode variar de baixo a freqüente e pelo grau da estrutura variável entre rígida e flexível (Bouchard, 2000: 76).

Cada recurso mediático empregado na educação a distância contém características estruturais específicas e níveis de diálogos possíveis de acordo com a própria mídia, os quais interferem no nível da distância transacional. Da mesma forma, em um ambiente de sala de aula o nível de diálogo e participação dos alunos é propiciado pela abordagem pedagógica assumida pelo professor e respectivas estratégias e mediações pedagógicas. Bouchard (ib.: 78) prefere tratar da “latitude” inerente a determinada mídia “em função das estruturas e do diálogo que ela autoriza ou não autoriza, ao invés do grau absoluto de distância intrínseca da mídia”.

Portanto, EaD não é apenas uma solução paliativa para atender alunos situados distantes geograficamente das instituições educacionais nem trata da simples transposição de conteúdos e métodos de ensino presencial para outros meios telemáticos. Os programas de EaD podem ter o nível de diálogo priorizado ou não segundo a concepção epistemológica e respectiva abordagem pedagógica.

Entretanto, mesmo com o uso de recursos da TIC, observa-se com maior freqüência a ocorrência de programas de EaD centrados na disponibilidade de materiais didáticos textuais ou hipertextuais, cabendo ao aprendiz navegar pelos materiais, realizar as atividades propostas e dar as respostas, muitas vezes isolado, sem contato com o formador ou com os demais participantes do programa. Nesse caso, o exercício da autonomia pelo aprendiz incita-lhe a tomada de decisão sobre os caminhos a seguir na seqüência dos conteúdos apresentados e a disciplina nos horários de estudos. Os recursos da TIC podem ser empregados para controlar os caminhos percorridos pelo aprendiz, automatizar o fornecimento de respostas às suas atividades e o feedback em relação ao seu desempenho.

Para Almeida (2001), participar de um ambiente digital se aproxima do estar junto virtual (Prado e Valente, 2002), uma vez que atuar nesse ambiente significa expressar pensamentos, tomar decisões, dialogar, trocar informações e experiências e produzir conhecimento. As interações por meio dos recursos disponíveis no ambiente propiciam as trocas individuais e a constituição de grupos colaborativos que interagem, discutem problemáticas e temas de interesses comuns, pesquisam e criam produtos ao mesmo tempo que se desenvolvem.

Desde modo, formam-se as redes de aprendizagem colaborativa que empregam as Computer Mediated Communications (CMC) para aprender em conjunto por meio da interação, comunicação multidimensional e produção colaborativa (Baranauskas, Rocha, Martins e D’Abreu, 1999), o que constitui os ambientes digitais interativos de aprendizagem, nos quais cada pessoa busca as informações que lhe são mais pertinentes, internaliza-as, apropria-se delas e as transforma em uma nova representação, ao mesmo tempo que transforma-se e volta a agir no grupo transformado e transformando o grupo. Nessa abordagem, ensinar é organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades, disponibilizar materiais de apoio, ter um professor que atua como mediador e orientador do

aluno, procurando identificar suas representações de pensamento, fornecer informações relevantes, incentivar a busca de distintas fontes de informações e a realização de experimentações, provocar a reflexão sobre processos e produtos, favorecer a formalização de conceitos, propiciar a interaprendizagem e a aprendizagem significativa do aluno.

Aprender é planejar; desenvolver ações; receber, selecionar e enviar informações; estabelecer conexões; refletir sobre o processo em desenvolvimento em conjunto com os pares; desenvolver a interaprendizagem, a competência de resolver problemas em grupo e a autonomia em relação à busca, ao fazer e compreender. As informações são selecionadas, organizadas e contextualizadas segundo as expectativas do grupo, permitindo estabelecer múltiplas e mútuas relações e recursões, atribuindo-lhes um novo sentido que ultrapassa a compreensão individual.

Com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem redefine-se o papel do professor que finalmente pode compreender a importância de ser parceiro de seus alunos e escritor de suas idéias e propostas, aquele que navega junto com os alunos, apontando as possibilidades dos novos caminhos sem a preocupação de ter experimentado passar por eles algum dia. O professor provoca o aluno a descobrir novos significados para si mesmo, ao incentivar o trabalho com problemáticas que fazem sentido naquele contexto e que possam despertar o prazer da descoberta, da escrita, da leitura do pensamento do outro e do desenvolvimento de projetos colaborativos. Desenvolve-se a consciência de que se é lido para compartilhar idéias, saberes e sentimentos e não apenas para ser corrigido.

Para desenvolver a educação a distância com suporte ambientes digitais e interativos de aprendizagem torna-se necessário a preparação de profissionais para desenvolver os recursos tecnológicos (software) condizentes com as necessidades educacionais, o que implica em estruturar equipes interdisciplinares constituídas por educadores, profissionais de design, programação e desenvolvimento de ambientes computacionais para EaD, com competência na criação, gerenciamento e uso desses ambientes.

Assim, a educação a distância em ambientes digitais e interativos de aprendizagem permite romper com as distâncias espaço-temporais e viabiliza a recursividade, múltiplas interferências, conexões e trajetórias, não se restringindo à disseminação de informações e tarefas inteiramente definidas a priori. A EaD assim concebida torna-se um sistema aberto, “com mecanismos de participação e descentralização flexíveis, com regras de controle discutidas pela comunidade e decisões tomadas por grupos interdisciplinares” (Moraes, 1997: 68).

Ressalta-se que um ambiente digital de interação e aprendizagem constitui uma ecologia da informação (Nardi, 1999), criada na atividade de todos os participantes desse contexto, os quais à medida que interagem, transformam a forma de representar o próprio pensamento e se transformam mutuamente na dinâmica das inter-relações que se estabelecem, ao mesmo tempo que alteram o próprio ambiente. Na ecologia da informação o foco não é a tecnologia, mas a atividade em realização, caracterizada pela diversidade, evolução contínua e localidade.

O sentido de localidade diz respeito ao espaço digital, ou ao ciberespaço, cujas condições são continuamente contextualizadas nas ações em desenvolvimento neste espaço e descontextualizadas na apropriação destas ações para outras situações e ecologias em que os participantes se encontram envolvidos. A par disso, a análise de experiências realizadas em contextos concretos específicos, permite descontextualizá-las de sua situação original, tornando-as objeto de reflexão no grupo virtual que a recontextualiza em outros patamares de compreensão, o que induz a novas contextualizações.

### **Avaliação em educação a distância com suporte em ambientes digitais de interação e aprendizagem**

Conforme Almeida (2002), é importante destacar o potencial da EaD com suporte em

ambientes digitais e interativos de aprendizagem para a representação do pensamento do aprendiz e a comunicação de suas idéias, assim como para a produção individual e coletiva de conhecimentos. Devido à característica das TIC relacionada com o fazer, rever e refazer contínuo, o erro pode ser tratado como objeto de análise e reformulação. Dito de outra forma, o aprendiz tem a oportunidade de avaliar continuamente o próprio trabalho com a colaboração do grupo e efetuar instantaneamente as reformulações que considere adequadas para produzir novos saberes, assim como pode analisar as produções dos colegas, emitir feedback e espelhar-se nessas produções. Nesse sentido, Almeida e Prado (2003) analisam uma experiência de resolução de problemas em grupos colaborativos que interagem exclusivamente por meio de um ambiente digital de interação e aprendizagem e evidenciam o potencial desses ambientes para a avaliação processual e auto-avaliação.

Ressalta-se o desafio da avaliação tendo em vista que os alunos encontram-se em diferentes espaços. Mais uma vez, o uso das TIC em EaD traz uma contribuição essencial pelo registro contínuo das interações, produções e caminhos percorridos pelo aluno, permitindo recuperar instantaneamente a memória de qualquer etapa do processo, realizar tantas atualizações quantas forem necessárias e desenvolver a avaliação processual no que diz respeito a acompanhar a evolução do aluno e suas produções. A par disso, mesmo após a conclusão das interações, é possível recuperar as informações, rever todo o processo e refazer as análises mais pertinentes em termos de avaliação.

Nesse sentido, o Projeto Nave (Almeida, 2001), desenvolvido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da PUC/SP, evidenciou a possibilidade de transformar a avaliação em um processo que permita compreender o desenvolvimento do aluno e simultaneamente analisar a atividade em realização de modo a identificar avanços e dificuldades a fim de redirecionar ações. Diante da disponibilidade de acesso aos registros das interações e produções, o próprio aluno teve a oportunidade de realizar a auto-regulação da sua aprendizagem.

Conforme Almeida & Almeida (2003), a concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem implícita no design educacional de um curso a distância fornece o balisamento para a avaliação. Esta poderá direcionar-se ao controle do desempenho do aluno de forma mais eficiente do que em atividades presenciais, uma vez que os ambientes digitais de aprendizagem fornecem estatísticas sofisticadas sobre os caminhos percorridos pelo aluno e respectivas produções.

Por outro lado, o registro da participação do aluno e respectivas produções permite também acompanhá-lo, identificar suas dificuldades, orientá-lo, propor questões que desestabilizem suas certezas inadequadas, encaminhar situações que possam ajudá-lo a desenvolver-se e orientar suas produções e desenvolver processos avaliativos participativos. Assim, o aluno que tem a oportunidade de compreender o que já sabe, o que precisa aprender e como vem se desenvolvendo ao longo do curso. Atribuir um conceito que reflita a evolução do aluno ao longo do curso é apenas a consequência de sua participação e desenvolvimento, devidamente registrados e discutidos com os formadores.

### **Integração de diferentes tecnologias em Educação a distância**

Atualmente os programas de televisão em canal aberto criam roteiros tal que os telespectadores têm a sensação de serem participantes ativos no desenrolar das ações. Decorre daí as inúmeras chamadas para votação via telefone ou e-mail, de modo que os telespectadores decidam o final da história ou o vencedor de determinada situação. Essa interação não leva à tomada de decisão em relação à própria aprendizagem e caracteriza uma participação ilusória. Por outro lado, o que se busca em educação é uma interação que permita ao aprendiz representar as próprias idéias e participar de um processo construtivo.

As redes de televisão educativa como a TV Escola da Fundação Roquete Pinto do MEC, TV Educativa da Fundação Padre Anchieta de São Paulo, Canal Futura das Organizações Globo de Televisão, desenvolvem programas com finalidades educativas e não

apenas de entretenimento, veiculando atividades mais inovadoras em termos de aprendizagem e interação, segundo as características do meio.

O programa “Um Salto para o Futuro” da TV Escola, vem mudando sua estrutura e aumentando a participação a distância das pessoas que o assistem a partir de diferentes partes do Brasil. Anteriormente, era destinado maior tempo do Programa para a apresentação de filmes e análise de especialistas, ficando um pequeno bloco para a inserção de perguntas dos participantes remotos, as quais eram respondidas ao vivo pelos especialistas. Hoje, inverteu-se a situação. Os filmes têm pequena duração, as considerações dos especialistas são feitas no sentido de problematizar a situação apresentada pelo filme e os participantes têm maior tempo para fazer perguntas e receber respostas. As perguntas que não são respondidas ao vivo, podem ser respondidas posteriormente pelos especialistas via telefone, e-mail ou fax, caracterizando uma integração entre diferentes tecnologias e mídias com a finalidade de promover a interação.

O Programa Nacional de Informática na Educação, ProInfo, do Ministério da Educação, dedica quase metade de seus recursos à formação de professores para a inserção das TIC na prática pedagógica dentro de uma ótica de interação e construção de conhecimento. Para dar suporte a esse trabalho, uma lista de e-mails para a interação e troca de experiências entre os professores-multiplicadores funciona há aproximadamente três anos e subsidia a formação continuada. Atualmente, os professores que atuam em locais onde existe suporte tecnológico adequado, participam de projetos de formação a distância através das TIC.

No momento, os programas ProInfo e TVEscola, ambos da Secretaria de Educação a Distância do MEC, aproximam-se e realizam projetos que integram diferentes tecnologias na formação de educadores, na prática pedagógica e na gestão escolar, apontando uma tendência promissora de convergência entre as mídias, que deverá influir fortemente na disseminação da EaD nos próximos anos.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – ForGrad (2002: 14), salienta que a educação a distância pode contribuir para a busca de novos paradigmas educacionais no sentido de deslocar-se da concepção “de educação como sistema fechado, voltado para a transmissão e transferência, para um sistema aberto, implicando processos transformadores que decorrem da experiência de cada um dos sujeitos da ação educativa”.

### **Educação a distância em ambientes digitais de interação e aprendizagem, leitura e escrita**

A educação a distância com suporte em ambientes digitais numa perspectiva de interação e construção colaborativa de conhecimento favorece o desenvolvimento de competências e habilidades relacionados com a escrita para expressar o próprio pensamento, leitura e interpretação de textos, hipertextos e leitura de idéias registradas pelo outro participante. Decorre daí o grande impacto que o uso desses ambientes na EaD poderá provocar não só no sistema educacional, mas também no desenvolvimento humano e na cultura brasileira, de tradição essencialmente oral, tradição esta imposta pela colonização e escravidão aliadas à moral e à fé cristã, o que impediu o acesso da população brasileira à educação, bem como ao mundo da leitura e da escrita e à conseqüente formação de leitores e escritores (Cury, 2001).

Participar de um curso a distância em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem significa mergulhar em um mundo virtual cuja comunicação se dá essencialmente pela leitura e interpretação de materiais didáticos textuais e hipertextuais, pela leitura da escrita do pensamento do outro, pela expressão do próprio pensamento através da escrita. Significa conviver com a diversidade e a singularidade, trocar idéias e experiências, realizar simulações, testar hipóteses, resolver problemas e criar novas situações, engajando-se na construção coletiva de uma ecologia da informação, na qual valores, motivações, hábitos e

práticas são compartilhados.

Cada participante do ambiente tem a oportunidade de percorrer distintos caminhos, nós e conexões existentes entre informações, textos, hipertextos e imagens; ligar contextos, mídias e recursos; tornar-se receptor e emissor de informações, leitor, escritor e comunicador; criar novos nós e conexões, os quais representam espaços de referência e interação que pode ser visitado, explorado, trabalhado, não caracterizando local de visita obrigatória.

Devido a diversidade da realidade brasileira e a dificuldade ou até impossibilidade de acesso às TIC por parcela considerável da população, a educação a distância no Brasil continuará convivendo com as diferentes abordagens. Enquanto se procuram mecanismos para democratizar a educação em todos os níveis, o grande contingente de pessoas alijados do acesso às TIC continuará participando de cursos a distância por meio de tecnologias convencionais. Porém, esses cursos podem tornar-se mais interativos e assumir uma abordagem mais próxima do estar junto virtual a partir do envolvimento dos formadores em um programa de sua própria formação continuada por meio das TIC que os leve a refletir sobre as contribuições dessas tecnologias à prática pedagógica.

O uso das TIC na EaD poderá levar à tomada de consciência sobre a importância da participação de professores e tutores em todas as etapas da formação, a qual implica em compreender o processo do ponto de vista educacional, tecnológico e comunicacional. Daí a possibilidade de transferir tal percepção para a EaD convencional e buscar alternativas que favoreçam a interação entre os participantes e a representação do pensamento do aprendiz, o que começa a se evidenciar nos meios de comunicação convencionais.

Tendo em vista a necessidade de fluência tecnológica para que a pessoa possa participar de atividades a distância com suporte no meio digital, fica explícito a intrínseca conexão entre EaD, alfabetização e inclusão digital, mas isso não significa ser esta última pré-requisito para EaD e sim que há necessidade de trabalhar o desenvolvimento de competências relacionadas com a alfabetização e inclusão digital quando as pessoas se propõem a participar de cursos a distância. A par disso, observa-se que a participação em cursos a distância por meio de ambientes virtuais de aprendizagem incita o desenvolvimento da expressão do pensamento pela representação escrita quando é oportunizado ao aprendiz participar de discussões, expressar-se livremente e desenvolver produções individuais e grupais (Almeida, 2002).

### **Referências bibliográficas**

Almeida, M. E. B. Incorporação da tecnologia de informação na escola: vencendo desafios, articulando saberes, tecendo a rede. In Moraes, M. C. (org.). Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas, SP: NIED/Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Tecnologia de informação e comunicação na escola: novos horizontes na produção escrita. PUC/SP. 2002. mimeo.

\_\_\_\_\_. Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. In: Almeida, F. J. (coord). Projeto Nave. Educação a distância. Formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: s.n., 2001.

\_\_\_\_\_. O computador na escola: contextualizando a formação de professores. São Paulo: Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

Almeida, F. J. E Almeida, M. E. B. Avaliação em meio digital: novos espaços e outros tempos. São Paulo: PUC/SP-CED, 2003 (no prelo).

Almeida, F. J. Aprendizagem colaborativa: o professor e o aluno resignificados. In Almeida, F. J. (coord). Projeto Nave. Educação a distância. Formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: s.n., 2001.

Baranauskas, C.; Rocha, H. V.; Martins, M. C. e D'Abreu, J. V. Uma taxonomia para Ambientes de Aprendizado Baseados no Computador. In: Valente, J. A. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999.

Bouchard, P. Autonomia e distância transacional na formação a distância. In Alava, S. (org.). Ciberespaço e formações abertas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Campos, F. & Rocha, A. R. Design instrucional e construtivismo: em busca de modelos para o desenvolvimento de software. IV Congresso RIBIE, Brasília, DF, 1998. <http://www.niee.ufrgs.br/ribie98/TRABALHOS/250M.PDF>

Cury, C. R. J. Desafios da educação escolar básica no Brasil. PUCMG. Mimeo, 2001.

ForGRAD. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Educação a Distância (EAD) na graduação: as políticas e as práticas. Curitiba, 2002.

Japiassu, H. & Marcondes, D. Dicionário Básico de Filosofia. 2a ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1993.

Lucena, B. O design no e-learning. S/d. Consultado em fev, 2003.

[http://www.timaster.com.br/revista/artigos/main\\_artigo.asp?codigo=664](http://www.timaster.com.br/revista/artigos/main_artigo.asp?codigo=664)

Moraes, M. C. O Paradigma Educacional Emergente. Campinas, Papirus, 1997.

Nardi, B. A. e O'Day, V. L. Information Ecologies. 2ª ed. Cambridge. MIT Press, 1999.

Paas, L. Design educacional. UFSC, LIED, 2001. Consultado em set, 2002. <http://www.eps.ufsc.br/disc/tecmc/designedu.html>

Prado, M. E. B. B e Valente, J. A. A Educação a Distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica. In: Moraes, M. C. Educação a distância: fundamentos e práticas. OEA/MEC, Unicamp, NIED, 2002.

Silva, M. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

*(\*)Especialista em EAD – PUC - SP*

# Educação a Distância: entraves e avanços

*Ednilde Guerra Terças Santos (\*)*

*Resumo: O presente artigo científico apresenta em seu corpo informativo a natureza do estudo educação a distância, com o intuito de proporcionar ao leitor informações sobre a educação enquanto reflexo de uma sociedade que está intrinsecamente relacionada aos fatores sociais, econômicos e políticos de seu tempo.*

*Palavras - chave: Educação à Distância. Sociedade.*

## 1. INTRODUÇÃO

A educação não nasce com o homem. E sim é adquirida no decorrer de sua vida. Ela pode como processo social, reforçar a coesão social, atuando como força conservadora; ou, então, estimular ou libertar as possibilidades individuais de autodireção e escolha entre alternativas divergentes, em determinados momentos em que se afrouxam os meios sociais coercitivos. Entre esses dois extremos há, portanto, um meio-termo que deve ser, do ponto de vista da sociedade e do indivíduo, a meta ideal de todo processo educacional.

A educação insere-se nessa perspectiva de resgate, de reparação, de propiciar oportunidades de desenvolvimento para crianças, jovens e adultos (incluindo-se idosos) desde a alfabetização até a inclusão no mercado de trabalho e acesso a bens culturais, cuja existência só fará sentido quando puderem ser compartilhados entre todos os cidadãos indiscriminadamente e não como instrumentos de perpetuação da opressão e da desigualdade entre os homens.

O presente trabalho refere-se à compreensão e reflexão quanto ao tema Educação a Distância. Visto que se faz necessário, entender como se dá esta modalidade de ensino através do processo de mudança na educação, visando atender principalmente as exigências do mercado atual com características tão competitivas.

Essa modalidade educacional traz consigo uma cultura diferente daquela a que estamos habituados, pois a Educação a Distância tem sua estrutura descentralizada e proporciona uma nova vivência aos alunos e professores, trazendo em seu bojo uma nova cultura, a do trabalho em rede.

Detalhando o que será focado ao longo deste estudo, encontra-se delineado no primeiro capítulo a introdução, que apresenta ao leitor o objeto de estudo; o segundo capítulo destina-se a descrever as concepções de educação, frisando a sua importância para a libertação do indivíduo para que possa adentrar numa sociedade mais justa e menos excludente; no terceiro capítulo descreve-se o tema deste trabalho, tratando-o de forma crítica pautada em literaturas especializadas e por fim o quarto capítulo que tratará de concluir este artigo, traçando considerações sobre o tema abordado.

## 2. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

O homem desde sua existência tem a necessidade de se socializar, e para tal é necessário ter uma melhor preparação, não só para atuar no mercado de trabalho, mas, também, para adquirir conhecimentos no sentido de compreender os fatos sociais de seu tempo, e viver no seu ambiente social, contribuindo para que ocorram mudanças no cenário educacional. É nessa perspectiva que Saviani (apud ARANHA, 1996, p. 51) define a educação como “um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global”.

Nesta perspectiva, a educação é um instrumento de transformação social, sendo considerada dentro de sua história como uma alavanca fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É um direito humano fundamental, assim como a vida, a liberdade e a igualdade.

Todo indivíduo tem direito a educação para sua formação em todos os aspectos, pois é através desta que o indivíduo torna-se capaz de interagir, e transformar-se, desse modo faz-se necessário uma análise acerca do conceito de educação na concepção de alguns autores.



Conforme FERREIRA (2000, p.251) o termo educação significa “ato ou efeito de educar (se). Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano” É nesse sentido que a educação é um estágio processual que se desenvolve gradativamente conforme assimilação desta.

Educação é o processo social através do qual a sociedade sistematiza a transmissão de sua herança cultural, sendo esta transmissão a garantia de continuidade da espécie humana, enquanto tal. (TOSCANO, 2002, p.19)

Segundo a teoria de Toscano, a educação é o meio pelo qual se dá continuidade a humanidade, para tanto esta constitui-se no tempo como base de desenvolvimento do ser humano, proporcionando a este repassar seus valores e experiências obtidas no cotidiano social, como forma de educar gerações futuras.

No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores conseguiu organizar o ensino de forma fragmentada, tomando o país como um todo, o ideal, considerando o modelo proposto de educação. Isso se deu mesmo quando essas camadas deixaram de ser as únicas a procurar a educação escolar. O fato é que o toque aristocrático e o caráter de classe que essa educação conferia não só concorriam para manter o status, pela natural distância social que ajudava a promover, como também serviam de instrumento de ascensão social aos estados que embora privado da propriedade da terra, se achavam em condições de assumir posições mais elevadas.

Foram inúmeras as dificuldades decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão dos jesuítas até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

A Constituição da República de 1891, que instituiu o Sistema Federativo do Governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 35, itens 3º e 4º ele reservou à União o direito de: “Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e “prover a instrução secundária no Distrito Federal” o que, conseqüentemente, delegava aos Estados competência para legislar sobre a educação primária; á União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário, acadêmico, e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal. Aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino.

Nas últimas décadas inúmeras e significativas têm sido as reflexões acerca da educação e que no contexto mundial tem gerado reformas no sistema educativo. Tais transformações inspiram-se no direito de todos à educação, em igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I da Constituição Brasileira de 1988), visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art.205). Neste mesmo período surge a LDBN (Lei nº 9394/96), com base na Constituição de 1988, a saber:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SAVIANI, 2001, p. 163).

Nesse contexto, percebe-se que a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humano e da democracia, pois a mesma deve ser acessível a todos no decorrer da vida, havendo necessidade da adoção de medidas para assegurar a coordenação e cooperação entre os vários setores e, em particular, a educação em geral, técnica e profissional, secundária e pós-secundária, ensino superior, bem como nos cursos de pós-graduação..

Hodiernamente a educação apresenta-se, sob a forma presencial (ensino convencional); semi - presencial (parte presencial e parte virtual); e educação a distância (ou virtual). Vale ressaltar, ainda, a educação continuada, que se dá no processo constante de aprender em serviço, desenvolvendo um conjunto de atividades teórico-prático.

### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Tomando como ponto de partida a dada compreensão mais alargada de educação a distância, faz-se necessário algumas considerações a cerca do tema em questão, de modo a entendê-lo a partir de sua evolução, características e conceituação.

Segundo os renomados autores Ricardo Teixeira Veiga, Alexandre Inácio de Moura, Carlos Alberto Gonçalves e Francisco Vidal Barbosa:

O ensino a distância (EAD) não é novidade. No Brasil, tem funcionado há décadas através de cursos por correspondência, como os do Instituto Universal Brasileiro, e pela televisão, como o Telecurso 2º Grau, criado pela Rede Globo. A maior novidade dos últimos anos é a possibilidade de uso de tecnologias interativas, que permitem a comunicação em tempo real entre instrutores e alunos, tais como as teleconferências e a internet, a qual tem-se desenvolvido em termos de capilaridade, velocidade e incorporação de recursos multimídia.

Analisando os fatos históricos, pode-se presumir que, em decorrência da globalização a educação teve que se adequar às necessidades do mercado, surgindo assim uma nova postura diante das transformações, tanto no Brasil como no mundo, marcada pelo surgimento de novas tecnologias. Segundo FERRARI (2007, p.24) “No Brasil, as experiências em ensino a distância ainda são escassas e localizadas em algumas universidades ou em escolas particulares”.

Em relação à conceituação de educação a distância pode-se inferir a partir de educadores, cientistas e filósofos que têm procurado alternativas e soluções criadoras para o problema educacional em nosso país, a saber:

# Moran (1994, p.1): Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente;

# Holberg (apud VEIGA, 2007, p.3) o termo “educação a distância” refere-se a várias formas de estudo, de vários níveis, que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino;

# Moore (apud VEIGA, 2007, p.3): EAD pode ser definida como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo situações continuadas que podem ser feitas na presença de estudantes. A comunicação professor-aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.

No contexto das reflexões apresentadas anteriormente, através de alguns conceitos básicos, acerca da educação a distância (EAD) é possível deduzir que as atividades pedagógicas apresentadas neste estudo podem se concretizar na prática.

KEEGAN (1991, p.38), evidencia isso através dos elementos fundamentais sobre os conceitos de Educação a Distância, são eles:

- (1) separação física entre professor e aluno, que distingue o EAD do ensino presencial;
- (2) influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto e organização rígida), que a diferencia da organização do ensino;
- (3) uso de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir professor ao aluno e transmitir conteúdos educativos;
- (4) comunicação de mão-dupla, onde o estudante pode beneficiar-se da iniciativa no diálogo;
- (5) possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização;
- (6) participação de uma forma industrializada de educação, potencialmente revolucionária.

Para operacionalizar tal modalidade, existem alguns quesitos indispensáveis a serem observados na implementação de uma adequada arquitetura para a Educação a Distância (EAD), a saber:

- Interoperabilidade visando: suportar vasta pesquisa acadêmica, comunicação entre diversos sistemas de aprendizado, compartilhamento de recursos;

- Colaboração visando: Comunicação entre aprendizes, aprendizes e professores, instituições e autoridades;
- Sistemas de avaliação que primem pela: auto - avaliação, avaliação e aprendizado;
- Reutilização de módulos visando: a melhoria da qualidade de conteúdo disponibilizado e das formas de ensino, presença de conteúdo pedagógico incorporado constantemente renovado;
- Expansibilidade: facilitando a evolução gradativa dos sistemas.

Diante do exposto, percebe-se que a educação a distância apresenta características particulares aplicáveis à formação inicial e/ou continuada do indivíduo que se encontra isolado geograficamente, sem acesso aos cursos regulares, além de possibilitar a percepção do homem como ser planetário, ao ensinar o convívio com a diversidade cultural, através dos conteúdos instrucionais, do material didático e dos métodos para operacionalização da pesquisa, dentre outros.

No EAD, a preparação do conteúdo instrucional constitui um desafio, pois cada conteúdo deve ser criado em formato específico, compatível com o suporte tecnológico, e armazenado como arquivo, para ser acessado através da aula. É necessário trabalhar artisticamente o material didático, desenvolvido através de HTML, JAVA, Powerpoint, Autoware, etc., para torná-lo mais atraente, comunicativo e eficaz. Por isso, grandes organizações têm criado equipes de especialistas para cuidar do material instrucional. (VEIGA,2008, p. 5).

A Educação a Distância por sua natureza globalizante e integradora possui dois pilares de sustentação de grande relevância: a flexibilidade e a interatividade que, por sua vez, asseguram outro aspecto imprescindível, que é a autonomia.

A partir das definições do MEC (NEVES, 2000) existem 10 pontos a serem observados, são eles:

- 1) Compromisso dos gestores;
- 2) Desenho do projeto;
- 3) Equipe profissional multidisciplinar (conteúdistas, técnicos, suporte pedagógico e estrutural).
- 4) Valorização do trabalho tutorial e seu comprometimento com os objetivos do projeto didático-pedagógico;
- 5) Alto grau de comunicação e interação entre os agentes;
- 6) Recursos educacionais;
- .7) Infra – estrutura adequada de apoio e transparência nas informações;
- 8) Sustentabilidade financeira – planejamento adequado dos investimentos;
- 9) Convênios e parcerias. Dado que a implementação destes cursos revelou-se uma atividade bastante onerosa;
- .10) Avaliação contínua e abrangente para atingir melhorias significativas e resolução de problemas;

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de qualificação do indivíduo em um país com dimensões continentais como o Brasil tornar-se-ia prejudicada caso não houvesse o desenvolvimento da modalidade de Ensino à Distância que possui a capacidade de transpassar as barreiras geográficas e levar o conhecimento a um número incalculável de pessoas, seja em nível acadêmico ou de pós-graduação.

Com o Ensino à Distância há possibilidades de que tanto o acadêmico quanto os profissionais das diversas áreas do saber possam alcançar o conhecimento desenvolvido nos mais diversos rincões nacionais e internacionais, assim como disseminar o que eles mesmos estão a produzir, sendo uma via de mão dupla onde a troca de conhecimentos possibilita o engrandecimento e o aprimoramento na prestação de serviços.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi apresentado no transcurso deste trabalho e de acordo com a proposta do mesmo, foi possível deduzir inúmeras conclusões, dentre as quais, muitas têm importância fundamental para o desenvolvimento e concretização do entendimento de que deve haver mudanças em relação aos efeitos atribuídos, majoritariamente, à Educação.

# A educação é um instrumento de transformação social na medida em que essa transformação ocorre a nível econômico, ideológico e político;

# A Educação a Distância encontra-se centrada no aluno, na sua autonomia, portanto, este assume a direção do processo ensino-aprendizagem;

# O processo de mudança na EAD não é uniforme nem fácil, pois há uma grande desigualdade econômica, de acesso e de motivação de pessoas;

# O ensino a distância deve acontecer de forma colaborativa, onde alunos e professores possam aprender a agir por conta própria, com criatividade para inovar;

# A comunicação deve ser clara e de fácil acesso aos discentes, para que haja a divulgação das informações;

# Na Educação a Distância é dada ênfase ao papel do docente “como alguém que ensina a distância”, enquanto supervisor, mediador e articulador da aprendizagem;

# A metodologia usada em “ensino a distância” deve assegurar o processo de construção do conhecimento, o desenvolvimento de atitudes e habilidades inerentes ao profissional desejado;

# Avaliação é contínua e abrangente para atingir melhorias significativas e resolução de problemas. Não existe um modelo pronto de EAD.

#### REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1993.
- FERRARI, Fernanda B. et al. O ensino a distância como ferramenta para empreender na educação. On Line. Disponível em <<http://www.scielo.br.html>>.
- KEEGAN, D. Foundations of distance education. Londres, 1991.
- MORAN, J. M.. Novos caminhos do ensino a distância. In: CEAD, Rio de Janeiro, SENAI, ano I, n.5, out./Nov/dez, 1994.
- NEVES, M.C.M.(2000). MEC- manual para cursos de EAD. Disponível em: [www.mec.org.br](http://www.mec.org.br). Acessado em 28/09/2009.
- SAVIANI, Demerval. A Nova Lei da Educação: Trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- TOSCANO, Moema. Introdução à Sociologia Educacional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VEIGA, Ricardo Teixeira. O ensino à distância pela internet: conceito e proposta de Avaliação. On Line. Disponível em <<http://www.epdee.ufmg.br/cursos/C/html>>

(\* ) Professora do Curso de Psicopedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF

Fonte

[http://www.anated.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159:educacao-a-distancia-entaves-e-avancos&catid=53:artigos&Itemid=192](http://www.anated.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159:educacao-a-distancia-entaves-e-avancos&catid=53:artigos&Itemid=192)

IPAE 184 (02/12)

# A Educação a Distância na Formação do Educador

Lael Kennerly Nascimento (\*)

**Resumo:** A educação à distância como formação do educador é um tema de relevante importância, pois fica notada a dimensão desta modalidade de ensino. É de interesse geral um estudo direcionado de um tema atual, porém, com muitos pontos a serem esclarecidos e divulgados. O problema caracteriza pela abrangência do alcance da Educação a Distância, pois em seus primórdios, a modalidade visava à formação técnica, mas diante de sua aceitação alcançou a formação superior. Como objetivo, este estudo buscou compreender a importância da Educação a Distância, seu contexto histórico e seu alcance ao curso superior na formação de educadores. A relevância se dá pelo seu caráter social e científico. Este trabalho foi realizado com auxílio de ferramentas como sites, revistas e artigos científicos.

**Palavras - chave:** Educação à Distância. Educador.

## Introdução

Nos últimos anos a educação no Brasil passou por diversas mudanças, graças aos programas gerados pelo governo e pela iniciativa privada, milhares de pessoas tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior. Programas como PROUNI, Fies e outros incentivos, tornaram real o sonho da faculdade para muitos brasileiros, porém nossa nação dispõe de um enorme território, e muitas vezes essa educação não é acessível para todos, como é o caso de algumas cidades no interior de alguns estados no norte e nordeste de nosso país, gerando então inúmeros problemas, como a falta de professores qualificados, falta de qualidade nos ensinamentos para os alunos, impedimento da formação continua tanto para os alunos quanto para os professores.

Atualmente, quando toda sociedade passa por mudanças em todos os aspectos, assim também é na Educação, na sua forma de se organizar, conseqüentemente ocorrem mudanças na forma de aprender e também ensinar. A educação leva a mudança de forma acelerada em virtude da disponibilidade de equipamentos com tecnologia cada vez mais aperfeiçoada, levando os profissionais de todos os setores a se adequarem ou se atualizarem a essas velozes ferramentas.

Com esses avanços tecnológicos o sistema responsável pela educação no país investe na distribuição de oportunidades por todo o Brasil. Nas regiões onde possui um maior desenvolvimento, é mais fácil investir nos setores de pesquisa para melhorar cada vez mais a qualidade do ensino. Nas regiões onde é difícil o acesso para primeira graduação é mais simples investir em núcleos supervisionados pelas grandes universidades do país, onde elas oferecem o curso superior a distância, sendo na maioria das vezes via internet.

Sem dúvida, o programa de Educação a Distância (EAD), representou um grande passo na carreira profissional de muitos brasileiros, sendo que há muito a se fazer em relação este assunto, muitos paradigmas necessitam serem quebrados em torno desta temática. Mediante esta questão o problema de pesquisa caracteriza-se em: Qual a visão dos docentes, discentes e do mercado de trabalho com relação à tecnologia da EAD? Com isso objetivamos relacionar os benefícios que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da área de educação, e entender quais as dificuldades encontradas pelos mesmos.

## A função da Educação a distancia no desenvolvimento de uma nação

Que a educação é a base fundamental do desenvolvimento de uma nação é uma máxima insubstituível. No Brasil, segundo dados históricos, passou-se quase meio século até que as primeiras intuições escolares tomassem forma e se estabelecessem como tal, conforme nos aborda Saviani (2008, p.54) "no Brasil a origem das instituições escolares pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas que criaram, na então colônia portuguesa, a primeira escola brasileira".

Através do contexto histórico subsequente ao surgimento das então primeiras escolas ficam evidentes vários períodos que marcaram a educação no Brasil. Conforme Saviani (2008) o primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas "Aulas Régias" instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas idéias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola.

De acordo com o mesmo autor, atualmente, o ensino superior cresceu significativamente no país. Como prova, os dados mostram que em 1981 havia no Brasil 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos, duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos. As novas faculdades isoladas não eram lócus de atividades de pesquisa, dedicando-se, exclusivamente, ao ensino. O setor público foi o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa e modernizou um segmento importante do sistema universitário brasileiro.

### **EAD: conceito, importância e evolução histórica**

Das várias acepções que cabem a EAD no vasto universo da literatura, Rodrigues (1998, p.27) nos conceitua o termo de forma simples, porém objetiva ao afirmar que:

Alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo. Partindo desta premissa, pode-se afirmar que a EAD está vinculado à mídia, ao meio de comunicação. A EAD consiste na forma de ensino mais aberta e flexível, quanto ao tempo a ser dedicado aos estudos, porém com maior rigor em suas regras, sendo necessária a submissão as análises no sentido de construir e preservar conceitos do EAD e Aprendizagem Aberta (AA), com maior autonomia ao estudante. É uma modalidade que caracteriza a separação entre o professor e o aluno no espaço e no tempo com comunicação mediada de forma tecnológica. Embora haja distância, não se exclui o contato direto dos alunos com os profissionais.

Embasado no princípio de que a educação passou por diversas mudanças que visam à melhoria do desenvolvimento do país, Carvalho (2006) demonstra que a EAD assume um papel de maior importância, pois proporciona a acessibilidade a um número maior de pessoas, no que diz respeito à educação formal. Tal princípio respalda-se no objetivo que proporciona condições mínimas de equidade e de acesso ao aprendizado.

A Educação a Distância assume um papel fundamental neste novo século na disseminação do conhecimento, propiciando a acessibilidade aos que estão excluídos do processo de educação formal. Assim, acessibilidade aqui precisa ser compreendida como uma dimensão que permite ao aluno as condições mínimas de equidade no que diz respeito à educação, ou seja, todos têm acesso ao mesmo nível de aprendizado com oportunidades iguais na obtenção do conhecimento (CARVALHO, 2006, s/p).

Na EAD não implica a presença física do professor, indicado para ministrar aulas. Ele poderá estar presente em alguns momentos para determinadas tarefas, afirma o mesmo autor.

Scremin (2002) contribui para enfatizar a importância da EAD como agente democratizador da educação na era da sociedade do conhecimento, suas possibilidades e suas implicações na sociedade. É considerada uma estratégia de ampliação de possibilidades de acesso à educação.

Apesar de ênfase dada por vários autores sobre a importância da EAD, Belloni (1999) nos afirma que, no princípio, esta modalidade de ensino era desprestigiada socialmente, sendo, portanto, caracterizada como um paliativo em relação ao método tradicional de ensino em uso no país. O autor apresenta esta realidade retrograda com as seguintes palavras:

A EAD, inicialmente, era de baixo prestígio na sociedade, tida como segunda opção, ou até mesmo como ensino de segunda categoria, sem referência e qualidade, sendo paliativa em relação à educação convencional, com reação do mercado de trabalho, onde por si só, era desqualificado o profissional e suas capacidades profissionais. Contudo, com o aumento da demanda na área educacional e a evidência comprovada do autoprofissionalismo com eficácia no mercado de trabalho, entre outras múltiplas causas, provocaram o aumento da busca, a preocupação pelo aumento da oferta e a mistura das possibilidades, até mesmo na mesma instituição, promovendo uma ampliação das possibilidades de comparação e aumento das evidências da qualidade, conceitos e referências, da EAD (BELLONI, 1999, s/p).

Conforme Moore e Kearsley (1996), o desenvolvimento da EAD acompanhou a evolução das tecnologias de comunicação em cada momento histórico, desde seu início até hoje, e dividiu-se em três fases:

Ø Geração textual: cerca de 1960, baseado essencialmente na auto-aprendizagem por meio de material impresso;

Ø Geração analógica: entre 1960 e 1980, era baseado na auto-aprendizagem, utilizando-se impressos e, sendo complementados com suporte de recursos tecnológicos de áudio e vídeos, e ou disponíveis;

Ø Geração digital: até a presente data, baseada na auto-aprendizagem com suporte de recursos tecnológicos altamente diferenciados.

Em relação ao aspecto histórico da EAD, a literatura nos mostra que desde seu surgimento a mesma cresceu de forma exponencial. E nota-se que este crescimento ocorre na maioria dos países que adotaram esta modalidade de ensino, conforme mostra Carvalho (2006) quando diz que:

A EAD vem se desenvolvendo em ritmo crescente na maioria dos países do mundo e, à medida que progride, os seus contornos vão se desenhando de acordo com a multiplicidade de propósitos que assume na sua trajetória, modificando-se continuamente em função das demandas sociais e da incorporação das novas tecnologias, com repercussões de ordem qualitativa da maior relevância.

De acordo com Korczagin (2005), assim como no mundo, a história da EAD no Brasil deve-se ao surgimento dos meios de comunicação, pois a crescente evolução da tecnologia está propiciando a esta modalidade de ensino uma interação bastante semelhante ao ensino presencial. Os principais projetos e programas de EAD no Brasil tiveram início entre 1922 e 1925, com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional de radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação.

Para Blois (2005) a EAD, no Brasil, teve seu marco no ano de 1996, quando lhe foi outorgada a legitimidade e visibilidade. A lei maior da Educação no país ? a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de nº 9.394, em seu artigo 80, refere-se ao EAD e ao papel do Poder Público, nesses termos: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de EAD em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada".

Em conformidade com a exposição do autor acima, o Ministério da Educação (2007) enfatiza de forma mais clara e objetiva os passos que consolidaram a EAD no Brasil quando mostra as Leis e os Decretos sob os pilares dos quais a modalidade está assentada.

No Brasil, a modalidade de educação a distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ? Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ?, que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005.

No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação a distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação.

É sabido que a EAD é um grande desafio, no entanto proporciona indicadores de qualidades. As argumentações de Scremim (2002, s/p) para tais indicadores ficam expressas nas seguintes informações.

As bases legais da EAD estão estabelecidas pela LDB ? Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e pelos Decretos Nº. 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, que altera a redação dos artigos 11 e 12 de abril do Decreto 2.494 e pela Portaria Nº. 301, de 07 de abril de 1998, que trata da normatização dos procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância. Pela Resolução nº. 001/01 de 03 de abril de 2001, que estabelece normas para funcionamento de cursos de pós-graduação a distância compreendendo programas de especialização, mestrado e doutorado. A legislação vem sendo alterada visando à regulamentação de itens específicos devido à crescente demanda de processos para implantação de cursos na modalidade a distância.

#### **A EAD e sua relação com a tecnologia**

Os estudos realizados em torno do assunto EAD concluem que esta modalidade de ensino se propagou tanto no Brasil como mundo, graças aos avanços tecnológicos da comunicação. Tal pensamento respalda-se no pressuposto pelo Ministério da Educação quando nos diz que:

O desenvolvimento da EAD em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. No entanto, o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construir o conhecimento. Portanto, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser disponibilizado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

É sabido que o uso da tecnologia propiciou o avanço da EAD, principalmente com o advento da internet, pois informações que antes estavam restritas apenas as prateleiras das bibliotecas passaram a estar disponíveis na rede mundial de computadores. Além da difusão destas informações via WEB, despontaram também outros meios de comunicação que foram além daqueles já existentes como, por exemplo, o uso de disquetes, CD-Roms, DVD-Roms ou Pen-drives. Este pensamento coaduna-se com as palavras de Scremim (2002, s/p) que nos afirma o seguinte:

O uso de tecnologias proporciona os meios de comunicação, rompendo as barreiras da distância geográfica, pois apesar da distância deve se estabelecer relações de diálogo, críticas e participações. Existem muitos recursos tecnológicos hoje disponíveis, mas é necessário avaliar se são ou não as mais adequadas e se estão embasados em critérios próprios ou nos já padronizados. O material escrito, seja ele nas diversas formas, (impresso ou em multimídia) permanece no papel de extrema importância nos programas de educação na modalidade a distância.

#### **A gestão dos sistemas de ensino a distância**

Na visão de Polak, Duarte e Assis (2005), o crescimento da EAD no país acompanha o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação. Contudo, ainda não atingiu o ideal desejado. Isto se dá pelo fato de que ainda são percebidos os efeitos da exclusão social e a compreensão das



dificuldades existentes entre os sistemas de EAD e os presenciais de ensino, fato este que leva à transposição da gestão.

Para que haja compreensão da gestão do sistema de EAD, segundo Polak; Duarte e Assis (2005), é fundamental que seja lançado um olhar ao passado para entender quais eram os enfoques objetivados e como é a funcionalidade da mesma atualmente. Assim, estes autores nos afirmam que:

Para compreender a gestão do sistema de EAD é preciso registrar que antigamente o enfoque era prescritivo e normativo, definindo a gestão como previsão, organização, comando, coordenação e controle. Atualmente estas funções deram lugar ao planejamento, à organização, à direção e ao controle. É preciso retroagir no tempo e ver que muitas das antigas premissas estão presentes no século XXI, o que indica ser preciso considerar o salientado por Sun Tzu (500 a.C), ao destacar que a tendência da gestão é "concentrar-se nos pontos fortes, reconhecer as fraquezas, agarrar as oportunidades e proteger-se contra as ameaças (POLAK; DUARTE; ASSIS, 2005, s/p).

Na realização desse conjunto de funções distingue-se o trabalho do gestor, independentemente do nível hierárquico em que se situe e do tipo de instituição em que atue. Para tanto, o gestor deve ter habilidade para trabalhar com seus membros de forma cíclica, dinâmica e interativa. Com isto, observa-se que as instituições são sistemas abertos, onde tudo é relativo, nada é absoluto. Esta função é reforçada com o surgimento de novas terminologias que classificam a gestão como: participativa, holística, virtual e intrapreneuring, etc. (PEREIRA, 2004).

### **Aspectos institucionais**

Como qualquer outra instituição escolar, a EAD deve estar devidamente estruturada em todas as esferas competentes do ensino no país. Tais medidas visam aumentar a credibilidade do curso diante da clientela em suas pretensões.

Na visão de Ribeiro (2007), a implantação de um Centro de Educação a Distância ? CEAD ? tem sido um procedimento comum das instituições educacionais, como órgão capaz de cumprir esta função no processo de gestão. Contudo, ainda existem desafios enormes a serem superados na implantação efetiva de um CEAD. O primeiro deles se refere à estruturação e planejamento estratégicos que, realmente, dêem conta de atender aos clientes internos do CEAD, os professores, tutores, equipes de produção de mídias, suporte técnico e gestores, que estarão na linha de frente durante os primeiros meses do funcionamento do CEAD, quando estão sendo criados os programas, cursos e materiais de EAD.

Além disso, prossegue o mesmo autor, o sucesso na estruturação destes centros influencia diretamente o sucesso do atendimento dos clientes externos, uma vez que estes profissionais deverão ser capazes de compreendê-las e equacioná-las de forma eficiente, aperfeiçoar recursos e garantir a sustentabilidade do projeto, em larga escala e longo tempo.

### **A EAD no ensino superior**

A literatura mostra que nos anos 80 a Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão a distância; Curso de Pós-Graduação Tutorial a distância; TV Educativa do Mato Grosso do Sul; Projeto Ipê; TV Cultura de São Paulo; Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, conforme mostra Hermida (2006).

Ainda, de acordo com Hermida (2006), a Resolução n.º 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as normas para a pós-graduação lato e stricto-sensu.

De acordo com o Art. 2º do Decreto n.º 2.494/98, os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, do Ensino Médio, da Educação Profissional e de Graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas, especificamente credenciadas para esse fim. (HERMIDA, 2006, p.13)

É de fundamental importância entender que a EAD é uma modalidade de ensino que abrange não só o ensino fundamental e médio, mas que também está presente no ensino superior. Está verdade se fundamenta na visão de Costa e Faria (2008) que mostram que o estudo do processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil é um desafio, em face de tantas e tão complexas dimensões nele implicadas. Em termos quantitativos, os números são eloquentes.

Nas bases legais da Educação Superior a Distância no Brasil estão incluídos os cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, além da pós-graduação. No caso dos primeiros, os cursos de graduação, segundo a regulamentação e a instruções disponíveis no sítio do Ministério da Educação, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação e solicitar para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer (COSTA; FARIA, 2008).

### **A formação do professor/tutor para lecionar na EAD e sua finalidade**

De acordo com Vieira (2002), a análise da formação de professores como política educacional requer um entendimento teórico, no qual se pode afirmar que a política educacional é uma manifestação da política social. Como as demais políticas sociais, a política educacional envolve um amplo conjunto de agentes sociais e se expressa, sobretudo, por meio de iniciativas direta ou indiretamente promovidas pelo poder público e, portanto, o Estado é uma referência fundamental para a sua compreensão.

O mesmo autor (2002) nos afirma que a educação em geral, mais especialmente a educação superior no Brasil, passa pela mercadorização intensa e também pelo movimento de redefinição da esfera pública, pois novas bases são construídas em busca de um novo espaço, cujo centro se encontra na racionalidade do sistema de produção capitalista. Apesar de parecer um contraponto dizer que há formação para o docente dos cursos de EAD, já que o conceito fundamental da EAD é mostra alunos e professores separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo, é necessário que o docente que vai lecionar neste segmento educacional tenha formação específica para atuar. Autores mostram que devido ao crescimento da EAD no Brasil, houve a necessidade de preparar tutores para dar suporte aos alunos de tais cursos.

Nota-se que, apesar dos enfrentamentos e das divergentes concepções de autores, todos concordam que a necessidade de formação e preparação do professor/tutor é uma realidade indispensável. O autor abaixo expõe isto afirmando que:

A partir desse crescimento, surge a necessidade de preparação de professores/tutores para atuar na modalidade a distância, pois considera-se inviável desenvolver uma proposta de EAD sem investir na preparação de uma equipe de professores/tutores que tenham domínio do conteúdo e conheçam a aplicabilidade pedagógica das novas tecnologias na prática do professor. Para isso, fez-se necessário o planejamento e a elaboração de um curso de formação de tutores. Nesse planejamento estão contemplados a preparação do material didático, a criação e organização do ambiente virtual de aprendizagem e o sistema de avaliação, bem como a importância da formação do tutor como elemento fundamental para que os cursos alcancem a qualidade almejada. (VIEIRA, 2002, p.25)

A preocupação com a formação do professor/tutor visa compensar a ausência da sala de aula física como nas escolas tradicionais. Este pensamento fica mais bem definido nas palavras de Morgado (2003, p.15) que nos afirma o seguinte:

A presença do professor/tutor é de fundamental importância, pois ao professor/tutor cabe a responsabilidade de apoiar e facilitar a aprendizagem do aluno. Ele não é um professor no sentido tradicional do termo (sentido dado no ensino presencial), embora seja um especialista dos conteúdos. Ele é antes quem faz a mediação entre os conteúdos e o estudante através das tecnologias, definindo-se o seu papel em torno de um diálogo individualizado, com a função de estimular, manter o interesse e motivar, apoiar, dar feedback, ou seja, facilitar e guiar a aprendizagem através da sua relação com o estudante.

Em relação ao papel do professor/tutor preparado para EAD, Morin (1996) categoricamente nos afirma o seguinte:

O papel do professor está além de facilitador ou do transmissor. O professor necessita trabalhar num contexto criativo, aberto, dinâmico, complexo. Em lugar da adoção de programas fechados, estabelecidos a priori, passa a trabalhar com estratégias, ou seja, com cenários de ação que podem modificar-se em função das informações, dos acontecimentos, dos imprevistos que sobrevenham no curso dessa ação. Isso implica trabalhar com incertezas, com complexidades. Na relação

professor?aluno conhecimento deve estar presente à interatividade, não como consequência da presença das novas tecnologias, mas como foco, como uma característica, um requisito, para a construção do conhecimento.

### **A EAD e a formação de educadores**

A EAD, segundo a literatura, avançou além dos limites inicialmente propostos, pois, em princípio, seu objetivo era levar a educação ao maior número de pessoas que, por razões diversas, não tinha acesso à sala de aula regular. Sua abrangência chegou também na formação e atualização do professor/tutor, conforme descreve o texto abaixo:

O movimento inicial da educação a distância, o de proporcionar formação regular e continuada aos professores em exercício, é repleto de mérito. Não se pode falar o mesmo, entretanto, do que veio depois, quando os cursos de formação de professores passaram a disputar os alunos dos cursos presenciais, substituindo a sala de aula pela formação em trânsito, descolada dos espaços tradicionais de ensino-aprendizagem (GIOLO, 2008, s/p).

Para o mesmo autor, no Brasil, a EAD encontra-se sobre enorme efervescência, com diversas políticas do governo federal voltadas para a implementação de projetos nesta modalidade educativa com foco prioritário para a formação de professores.

De acordo com Rocha (2006), a formação do professor/tutor na modalidade de EAD tem como princípios pedagógicos o "aprender a aprender" (um dos quatro pilares da UNESCO), levando o educando a ter autonomia para selecionar as informações pertinentes a sua ação, a refletir sobre uma situação problema e escolher a alternativa adequada de atuação para resolvê-la, a análise reflexiva sobre os resultados obtidos e depurar seus procedimentos, reformulando suas ações e a buscar compreender os conceitos envolvidos e levantar e testar outras hipóteses.

O mesmo autor afirma ainda que, a formação de professor/ educador pelo método de EAD não se trata de uma formação apenas na dimensão pedagógica de acumulação de teorias e técnicas. Trata-se de uma formação que estimula a prática, a reflexão, a investigação e os conhecimentos teóricos requeridos para promover uma transformação na ação pedagógica.

A formação continuada é tida como um complemento da formação de professores, que é um mecanismo primordial e essencial no desencadeamento de mudanças em sua práxis, segundo relata Plácido (2009, p.45):

A formação continuada além de outros, tem como objetivos, propor novas metodologias e colocar os profissionais em contato com as discussões teóricas atuais, visando contribuir para as mudanças que se fazem necessárias e urgentes para a melhoria da ação pedagógica na escola. Por esse motivo a formação continuada de professores torna-se uma medida indispensável e necessária no sentido de melhor atender as exigências das tantas 844 transformações, como também, propiciar a estes (professores) oportunidades de se inserirem e inserir seus alunos nas diversas formas de sociabilidade que o mundo globalizado dispõe e impõe.

Na concepção de Rocha (2006, p.28), formar o educador para a EAD é algo que está associado além da formação pedagógica:

Formar esse educador é criar condições para que ele se estruture filosófica, científica, afetiva e pedagogicamente para a ação educativa, que vai lhe exigir uma atitude dialeticamente crítica sobre o mundo midiático e sua própria prática docente. Isso significa que este educador nunca vai estar definitivamente "pronto", formado, pois sua preparação se dá no dia- a- dia, mediante a reflexão sobre a sua atividade docente.

### **Metodologia**

Este trabalho constitui-se de revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Os artigos foram encontrados em livros, revistas e nos bancos de dados/artigos científicos que abordam o assunto, estando os mesmos disponíveis WEB. Contudo, na pesquisa realizada na base de dados on line encontrou-se diversos estudos que abordam o assunto da EAD com diferença de títulos, mas, cujo conteúdo, em sua grande maioria, é consensual entre os autores.

As fontes bibliográficas virtuais e impressas foram identificadas utilizando-se as seguintes palavras-chave: Educação. Educação a Distância. Ensino superior. Educador.

### **Considerações finais**

Foi possível entender neste estudo que, apesar da educação no Brasil ter se iniciado após meio século de sua descoberta, a mesma cresceu e se desenvolveu de forma significativa. Apesar de ainda apresentar grandes deficiências, a educação no Brasil segue na busca de melhorias por meio de investimentos dos governos federal, estaduais e municipais.

A EAD é uma modalidade de ensino que cresce em todo o mundo, e que foi muito bem aceita e assimilada no Brasil. Ela tem seu marco oficial no ano de 1996, quando lhe foi outorgada a legitimidade e visibilidade. A mesma encontra respaldo na Lei maior da Educação no país ? a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de nº 9.394, em seu artigo 80.

O avanço da EAD se dá graças ao advento dos meios de comunicação em massa, onde se destaca o uso da Internet. Segundo os autores pesquisados, o uso de tecnologias proporciona os meios de comunicação, rompendo as barreiras da distância geográfica, pois apesar da distância deve se estabelecer relações de diálogo, críticas e participações. Existem muitos recursos tecnológicos hoje disponíveis, mas é necessário avaliar se são ou não as mais adequadas e se estão embasados em critérios próprios ou nos já padronizados. O material escrito, seja ele nas diversas formas, (impresso ou em multimídia) permanece no papel de extrema importância nos programas de educação na modalidade a distância.

Como qualquer outra instituição escolar, a EAD deve estar devidamente estruturada em todas as esferas competentes do ensino no país.

Nos anos 80 a Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão a distância em nível superior. Sendo assim, surgem no país muitas outras faculdades que, com bases legais da Educação Superior a Distância no Brasil, oferecem cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, e a pós-graduação.

Com base na legalidade da EAD, conclui-se que a formação de educadores é uma realidade palpável, cuja formação tem por objetivo levar o educando a ter autonomia para selecionar as informações pertinentes a sua ação, a refletir sobre uma situação problema e escolher a alternativa adequada de atuação para resolvê-la, a análise reflexiva sobre os resultados obtidos e depurar seus procedimentos, reformulando suas ações e a buscar compreender os conceitos envolvidos e levantar e testar outras hipóteses.

### **Referências bibliográficas**

- BELLONI, M.L. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BLOIS, M.M. A educação a distância no Brasil: algumas considerações sobre critérios de qualidade. *Tecnología y Comunicación Educativas*. n. 41. Jul-dez. 2005.
- BORTOLOZZO, A.R.S.; KAPPAUM, E.S.F.; HASPER, R. Formação de professores-tutores para atuar em cursos na modalidade a distância da SEED-PR: relato de experiência. 2008. Disponível em [www.diaadia.pr.gov.br/ead/arquivos/File/Textos/artigo\\_Tuiuti.pdf](http://www.diaadia.pr.gov.br/ead/arquivos/File/Textos/artigo_Tuiuti.pdf). Acesso em 28 dez. 2010.
- CARVALHO, A.B. A Educação a Distância e a Democratização do Conhecimento. In.: CARVALHO, A.B. (Org.). Educação a Distância. 22ª ed. Campina Grande: UEPB, 2006, v. 1, p. 47-58.
- COSTA, K.S.; FARIA, G.G. EAD: sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. 2008. Disponível em [www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf](http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf). Acesso em 30 dez. 2010.
- GIOLO, J. A educação à distância e a formação de professores. *Educ. Soc. Campinas*, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

HERMIDA, J.F. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p.166-18, ago. 2006.

KORCZAGIN, M.A. O papel da educação a distância no contexto da universidade do contestado. Revista Linha Virtual. Concórdia, Santa Catarina, Universidade do Contestado, número 5 ? II Semestre de 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior à distância. 2007. Disponível em [portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf). Acesso em 28 dez. 2010.

MORGADO, L. Os novos desafios do tutor a distância: o regresso ao paradigma da sala de aula. Discursos. Série: perspectivas em educação. 2003. Disponível em [repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/150/1/Revista-Discursos77-89.pdf](http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/150/1/Revista-Discursos77-89.pdf). Acesso em 07 dez. 2011.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOORE, M.G.; KEARSLEY, G. Distance Education: a systems view. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1996.

PEREIRA, A.M. Introdução à Administração. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PLÁCIDO, M.E.S. Formação continuada de professores para a utilização das novas tecnologias - TICs em sala: desafios e perspectivas. Anais do II seminário educação, comunicação, inclusão e interculturalidade, de 12 a 14 de agosto de 2009.

POLAK, Y.N.S.; DUARTE, E.C.V.G.; ASSIS, E.M. Construindo do novo conceito da gestão de sistemas de educação à distância. 2008. Disponível em [www.abed.org.br/congresso2008/tc/6262008111904AM.pdf](http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/6262008111904AM.pdf). Acesso em 28 dez. 2010.

RIBEIRO, L.O.M. Gestão de EAD: a importância da visão sistêmica e da estruturação dos CEADs para a escolha de modelos adequados. CINTED-UFRGS. v. 5. n. 1, Jul. 2007.

ROCHA, A.P. A avaliação em cursos de formação de professores a distância. Bahia: UFBA, 2006.

RODRIGUES, R.S. Modelo de avaliação para cursos no ensino a distância: estrutura, aplicação e avaliação. Dissertação de mestrado Florianópolis, maio de 1998. Universidade Federal de Santa Catarina.

SCREMIN, S.B. Educação a Distancia: uma possibilidade na Educação Profissional Básica. Florianópolis: Visual Books, 2002.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008.

VIEIRA, S.L. Políticas de formação em cenários de reforma. In: VEIGA, I.P.A. Formação de Professores: políticas e debates. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2002

(\*)*Bacharel em Enfermagem pelas Faculdades Integradas de Jaú- Fundação Dr. Raul Bauab Coordenadora Ambulatorial na APAE de Jaú*

Fonte:

<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-a-distancia-na-formacao-do-educador/61833/#ixzz29HToe3Up>

**IPAE 185 (02/12)**

# Regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância

A Câmara dos Deputados irá apreciar o projeto de lei que regulamenta o exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

O PL foi apresentado pelo Deputado Ricardo Izar, tendo recebido o número 2.435, de 2011.

A primeira Comissão a analisar a proposta será a de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos. Posteriormente, se aprovada, irá para a Comissão de Educação e Cultura e, por fim, para a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A íntegra do Projeto é a seguinte:

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

Art. 2º É livre, em todo o território nacional, o exercício das atividades de Tutoria em Educação a Distância e outras relacionadas com a tutoria da educação a distância, observadas as disposições desta lei.

Art. 3º Entende-se por tutoria na educação a distância a interação, a mediação e a facilitação do processo de ensino-aprendizagem, com foco nas seguintes ações:

I - inserção dos recursos tecnológicos na cultura de valores dos discentes;

II - aprimoramento dos conhecimentos tecnológicos e seus processos de verificação da aprendizagem a distância;

III - adaptação do contexto educativo às novas ferramentas de ensino que são as tecnologias para o novo século.

Art. 4º Nos cursos de educação a distância serão considerados habilitados e/ou certificados para o exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância:

I - em cursos livres, os concluintes do ensino médio ou superior, com formação técnica de no mínimo 180h (cento e oitenta horas) na área correlata aos cursos em que se pretende atuar, desde que o certificado seja expedido por instituição idônea;

II - em cursos credenciados ou autorizados pelos sistemas de ensino federal e estaduais, os concluintes do ensino superior, preferencialmente com especialização lato sensu, na área específica ou afins em que se pretende atuar.

§1º. A habilitação e/ou certificação de que trata o caput deste artigo é obrigatória e poderá ser oferecida por instituições públicas ou privadas, com carga horária nunca inferior a 420h (quatrocentos e vinte horas).

§2º. Para os concluintes de ensino médio técnico ou superior tecnólogo fica dispensada a exigência de que trata o inciso I deste artigo, desde que para atuar na área de mesma formação.

§3º. Para os Tutores de Educação a Distância que estejam ininterruptamente em exercício a pelo menos 3 (três) anos, até a data da publicação desta lei, desde que devidamente comprovado por instituição de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ficam dispensados de obter a habilitação e/ou certificação de que tratam este artigo.

Art. 5º São objetivos do Tutor em Educação a Distância:

I – proporcionar a descentralização, a capilarização e a universalização da oferta do ensino de qualidade;

II – dar celeridade, interatividade e tempestividade na divulgação de informações, solução de dúvidas e aprimoramento do ensinoaprendizagem;

III – permitir a facilitação do processo ensino-aprendizagem e de integração do aluno com a instituição de ensino, seja presencialmente ou por meio do ambiente virtual de aprendizagem;

IV – viabilizar a versatilidade dos locais de ensinoaprendizagem e a flexibilização de horários que melhor convier para o aprendiz e o intercâmbio de experiências; V – gerar motivação para a aprendizagem e o aperfeiçoamento do conhecimento;

VI – desenvolver o senso crítico, entre outros.

Art. 6º São atribuições do Tutor em Educação a Distância:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de tutoria;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em instituições e unidades de ensino;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de tutoria;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria tutoria;

V - assumir, tanto nos cursos livres, nível médio, de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios da tutoria;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários em tutoria;

VII - dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de tutoria, em nível de formação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em tutoria;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para tutores, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes a tutoria;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de tutoria; XI - fiscalizar o exercício da atividade através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir e prestar serviços técnicos de tutoria em entidades públicas ou privadas.

Art. 7º A jornada de trabalho dos que exercem as atividades de que trata esta lei, não excederá a 40 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 8º Fica facultado a cada uma das instituições de ensino, públicas ou privadas, a atestarem o tempo de docência do trabalho exercido pelo Tutor em Educação a Distância, respeitado o projeto políticopedagógico de cada curso.

Art. 9º É vedado o uso da expressão Tutoria por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas no artigo 6º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a Educação a Distância se beneficiou. Novas alternativas para geração do conhecimento contribuíram no processo pedagógico entre professor e aluno. As fontes eletrônicas de informação trazem possibilidades quase inesgotáveis para a aprendizagem.

Desde os tempos mais remotos o ser humano estabelece a comunicação entre seus pares, utilizando tanto a escrita quanto a fala, para se comunicar e expressar seus sentimentos e idéias. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação as relações interpessoais assumiram uma nova “roupagem”, através da imensa variedade de recursos disponíveis na web, como: blogs, e-mails, sms, msn, fóruns, twitters, orkuts e tantos outros que ainda virão a surgir; para proporcionar em uma sociedade globalizada receber e enviar com rapidez uma grande variedade de informações.

Mas nem tudo é perfeito! Esse espaço virtual também pode afugentar e isolar os indivíduos, intimidando-os a mostrar a sua verdadeira identidade psicológica, criando assim arquétipos de acordo com a aceitação do outro. Uma realidade simulada que não condiz com a complexidade dos relacionamentos da vida real. É neste contexto irreal que cresce a cada dia as “tribos cibernéticas”, cada uma a “gosto do freguês”. Um local onde a comunicação é superficial e dificilmente traz mudanças significativas em seus participantes.

Assim, novas atitudes e comportamentos são incorporados por essa geração cibernética, que tem um tipo de sociabilidade própria, para cada ambiente virtual; seja em uma sala de bate papo ou em um fórum de discussão nos cursos de Educação a Distância. Entretanto, não podemos menosprezar a importância que as NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação) trouxeram para a sociedade globalizada, estreitando distâncias e tornando possível a difusão de ideologias e diferentes posicionamentos políticos. Um espaço democrático, onde a troca de informações favorece a construção do conhecimento de forma autônoma.

Atualmente há trinta e cinco mil tutores sendo dez mil somente nas Universidades Abertas do Brasil para duzentos mil alunos e os outros vinte e cinco mil responsáveis pelos 1,2 milhão de alunos. Na educação a distância, o conceito de tutoria é mais amplo que o de regência, pois não está limitado às intempéries do tempo e do espaço, bem como das adversidades do cotidiano. Trata-se de uma importante ferramenta de absorção, aprimoramento, promoção e motivação do ensinoaprendizagem.

Nos últimos anos, a educação a distância ganhou maior visibilidade e aceitação social, tendo em vista, também, o impulso da legislação educacional no país a partir da segunda metade da década de 1990.

Os professores têm enfrentado novos desafios no cenário educacional, deixando o ensino tradicional e assumindo paradigmas diferentes nas exigências de novos conhecimentos pedagógicos, recontextualizando sua prática docente, buscando novas linguagens num mundo globalizado.

Contudo, a insatisfação dos tutores da educação a distância é muito grande: Seus salários são sempre menores se comparado com os valores pagos aos tutores da educação presencial; precisam dominar e reciclar constantemente o seu conhecimento dos recursos tecnológicos, utilizando adequadamente as ferramentas do espaço virtual; o preconceito, a discriminação e o descrédito são enormes, dentre outros problemas.

Pelo exposto e certo dos resultados exitosos que esta iniciativa trará para a educação brasileira e, sobretudo, para milhares de estudantes do país, solicito o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação do presente projeto de lei.

RICARDO IZAR

Deputado Federal – PV/SP



## **Posicionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CNTEE sobre EAD**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino é a entidade máxima representativa dos profissionais que trabalham no setor.

A mesma expediu um documento, contido na Análise da Conjuntura Educacional Brasileira, onde se posiciona sobre educação a distância. O mesmo está abaixo transcrito:

Sobre Educação a Distância defendemos:

1. Toda aula do (a) professor (a) autor (a) deverá ser expressamente autorizada para uso,

em cada curso, ficando automaticamente suspensa a autorização, em caso de demissão do (a) professor (a);

2. A IES disponibilizará todo material e infra-estrutura para gravação das aulas;

3. O professor (a) em EAD será contratado em regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, sendo que o atendimento via on-line não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais, ficando o restante do tempo para preparação de aulas e atendimento presencial;

4. O atendimento aos alunos deverá ser, obrigatoriamente, no ambiente da instituição ofertante, sendo proibido o fornecimento para os alunos do telefone e e-mail particular do (a) professor (a);

5. Os equipamentos de multimídia utilizados pelos docentes na execução de planos de trabalho,

devidamente sintonizados com o plano pedagógico da instituição, deverão ser por ela disponibilizados;

5. Para contratação de professores na modalidade em EAD, as instituições de ensino devem obedecer à convenção coletiva de trabalho da categoria dos professores;

6. Os estabelecimentos de ensino que ofertam cursos/disciplinas na forma de EAD

remunerarão os docentes que neles atuarem, com, no mínimo, o valor da hora-aula paga aos professores dos cursos regulares presenciais, respeitando as especificidades dessa oferta, pagando os direitos decorrentes da elaboração dos materiais, a docência propriamente dita e o atendimento aos alunos;

7. As IES poderão somente contratar para as atividades de gravação de conteúdos para alunos em EAD, exclusivamente, professores (as) com formação acadêmica em nível superior.(Garantir que somente que professores (as) capacitados (as) e formados (as) possam gravar aulas);

8. O número máximo de 15 (quinze) alunos (as) por professor-tutor;

9. Os professores que atuam na EAD bem como os professores tutores em disciplinas virtuais, na mesma instituição e nos respectivos polos, terão direito a férias e recesso escolar, conforme prevê a CCT da categoria;

10. A cobrança às autoridades de critérios transparentes que proíbam o uso de verbas

públicas, como o PROUNI, em instituições sem comprometimento com a qualidade e o respeito aos profissionais da educação e com dívidas no INSS e contribuição previdenciária.

# Credenciamento para educação superior a distância

Os credenciamentos de instituições de educação superior para programas de educação a distância vêm sendo destacado nas edições da Revista Brasileira de Educação a Distância.

Nesta edição daremos ênfase aos pareceres que credenciaram a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Parecer 64, de 15 de fevereiro de 2012) e da Faculdade de Tecnologia TEC Brasil (Parecer 90, de 16 de fevereiro de 2012).

## a) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Fundação Regional Integrada UF: RS

ASSUNTO: Credenciamento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) para oferta de educação superior a distância e análise de recurso contra a decisão da Secretaria de Educação a Distância, que, por meio da Portaria nº 59/2010, indeferiu pedido de autorização para a oferta do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

RELATOR: Reynaldo Fernandes

PROCESSOS Nºs: 23000.001595/2008-81 e 23001.00164/2010-11

PARECER CNE/CES Nº: 64/2012 COLEGIADO: CES APROVADO EM: 15/2/2012

### I – RELATÓRIO

Trata-se do processo de credenciamento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) para oferta de educação superior a distância e do recurso administrativo contra a decisão da Secretaria de Educação a Distância (Seed), que indeferiu o pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, da mesma Instituição.

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) tem sede no Município de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul e é mantida pela Fundação Regional Integrada, com sede no Município de Santo Ângelo, no Estado do Rio grande do Sul. A decisão administrativa de indeferimento do pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública se deu com base na Portaria no 59, de 30 de agosto de 2010, publicada no DOU de 1º de setembro de 2010.

Processo de Credenciamento para Oferta de Educação Superior a Distância:

#### Histórico

1. Em 19/10/2007, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões solicitou, mediante processo SAPIEnS 20070006359, o credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Paralelamente ao pedido de credenciamento, foi solicitada a autorização para ministrar o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade a distância, via processo SAPIEnS 20070006360.

2. Posteriormente foram protocolados os processos SAPIEnS 20070006363, 20070006364 e 20070006365, solicitando credenciamento de polos para EAD. No entanto, antes da avaliação in loco, a Instituição optou por permanecer com apenas dois desses pedidos para credenciamento de polos, os referentes aos processos 20070006363 e 20070006365.

3. O pedido de credenciamento institucional tramitou, inicialmente, na Secretaria de Educação Superior (SESu), que instruiu os processos e realizou a análise documental referente a eles. Os

processos foram, então, encaminhados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para realização de visita in loco na sede e nos polos de apoio presencial para a oferta de educação superior na modalidade a distância.

Reynaldo Fernandes – 1595 e 0164

PROCESSOS N<sup>os</sup>: 23000.001595/2008-81 e 23001.00164/2010-11

4. A avaliação institucional, in loco, conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) proferiu conceito 4 (quatro), atribuindo os conceitos parciais descritos no quadro abaixo:

Dimensão Conceito

Organização Institucional 4

Corpo Social 4

Instalações Físicas 4

5. Os conceitos das avaliações in loco do Inep para o credenciamento dos polos de EAD foram:

Pólo Conceito

Santo Ângelo (SAPIEnS 20070006363) 4

Santiago (SAPIEnS 20070006365) 4

6. O Índice Geral de Cursos (IGC) da Instituição, para os anos de 2008, 2009 e 2010 foram os seguintes:

Ano IGC – contínuo IGC – conceito

2008 256 3

2009 257 3

2010 258 3

7. Apesar das avaliações positivas, a Seed manifesta-se desfavoravelmente ao credenciamento em questão, indeferindo o pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, pleiteado pela Instituição. O parecer CGR/DRESEAD/SEED/MEC No. 129/2010 conclui que: “Diante do exposto, e considerando o indeferimento do pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, atrelado a este processo, a Secretaria de Educação a Distância manifesta-se desfavorável ao credenciamento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI”.

Recurso Contra o Indeferimento da Autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Modalidade a Distância: Histórico 1. Em 19/10/2007, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões solicitou a autorização para ministrar o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade a distância, via processo SAPIEnS 20070006360, com 200 (duzentas) vagas totais anuais. O processo tramitou, inicialmente, no âmbito da SESu, que realizou a análise documental, enviando-o posteriormente para o Inep para realização da avaliação in loco.

2. Os conceitos da avaliação in loco do Inep para autorização de funcionamento do curso, ora em análise, foram os detalhados no quadro abaixo:

Dimensão Conceito

Organização Didático-pedagógica 4

Corpo Social 5

Instalações Físicas 5

Final 5

3. Não houve impugnação do relatório do INEP, seja pela SEED, seja pela Instituição.

4. Em 13/7/2010 a Secretaria de Educação a Distância encaminhou à Instituição diligência, solicitando informações referentes ao curso pleiteado, incluindo: 1) perfil do corpo docente; 2) os procedimentos e instrumentos da avaliação discente; 3) material didático do curso; 4) formas de comunicação entre alunos professores e tutores; 5) tutores e organização da tutoria; e 6) organização do curso.

5. A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões respondeu a à diligência da Seed e, após a análise dessa resposta, a Secretaria de Educação a Distância emitiu o Parecer No. 130/2010- CGR/DRESEAD/SEED/MEC, no qual se manifestou desfavorável à autorização do curso em questão. Assim, em 30/8/2010, foi expedida a Portaria No. 59, indeferindo o pedido de autorização do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade a distância, da recorrente.

6. A negativa da SEED se deu com base em três argumentos, que foram: “a) a Instituição não produziu materiais didáticos para o curso, o que prejudicou a avaliação deste elemento imprescindível para a oferta de EAD, uma vez que se constitui na base das informações e referências para os estudos dos alunos; b) não foi definida a organização da tutoria, tanto presencial quanto à distância, demonstrando falta de clareza quanto ao acompanhamento necessário aos alunos de cursos a distância. e c) a organização da oferta dos cursos na modalidade a distância mostrou-se frágil, uma vez que o detalhamento das disciplinas aponta para a falta de clareza quanto à metodologia a ser desenvolvida, considerando os recursos tecnológicos, o suporte dos materiais didáticos e a mediação pedagógica”.

7. Em 1/10/2010, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões ( URI) entra com recurso junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A recorrente alega que cumpriu todos os requisitos legais para a oferta do curso solicitado e “obteve os melhores conceitos, de forma a evidenciar que a instituição se encontra preparada para o oferecimento do Curso nesta modalidade”.

8. Em relação ao fato de a Instituição não ter produzido os materiais didáticos para o curso, a recorrente alega que tal exigência não está prevista no Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005. Segundo a recorrente, esse Decreto “concede prazo de até um ano, a partir do credenciamento, para a implementação do Curso a Distância”. A Instituição se comprometeu a elaborar o material institucional de todas as disciplinas do curso nesse prazo legal. No recurso apresentado, a Instituição não trata diretamente dos demais pontos levantados pela Seed (definição da tutoria e organização do curso).

9. O recurso foi encaminhado, em 15/10/2010, à Seed para pronunciamento. Em Despacho de 29/11/2010 do Secretário, a Seed RATIFICA os termos do Parecer No. 130/2010-CGR/DRESEAD/SEED/MEC, que subsidiou a publicação da Portaria No. 59, de 30 de agosto de 2010, indeferindo a autorização para oferta do curso em exame.

#### Análise

Em relação ao Credenciamento Institucional para Oferta de Educação Superior a Distância, podemos observar que a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) obteve boa avaliação, e que o parecer desfavorável da Seed teve como base o indeferimento do pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância. Desse modo, a decisão sobre tal credenciamento fica dependente do julgamento do recurso quanto ao indeferimento do pedido de autorização do referido curso.

Quanto ao pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, vimos também que as avaliações do Inep foram altamente positivas, e que o indeferimento teve como base as fragilidades detectadas pela Seed, a partir de informações prestadas pela recorrente em resposta à diligência encaminhada pela Secretaria. As fragilidades apontadas dizem respeito à falta de materiais didáticos para o curso, a não definição de como a tutoria será organizada e as deficiências na organização do curso, mais especificamente na falta de clareza sobre a metodologia a ser desenvolvida.

Conforme ressaltado no recurso da recorrente, a legislação vigente não obriga que a Instituição apresente o material didático das disciplinas no momento da solicitação da autorização do curso. A IES apresentou a grade curricular com as ementas e os objetivos das disciplinas, o conteúdo

programático, o sistema de avaliação, a metodologia e a bibliografia básica e complementar. A IES se comprometeu a apresentar o material institucional de todas as disciplinas quando da oferta do curso. Portanto, não parece razoável punir a Instituição tendo como base a não apresentação de um requisito não obrigatório.

Em relação às duas outras fragilidades apontadas pela SEED, a Instituição não se manifestou diretamente sobre elas em seu recurso. O que não deixa de ser surpreendente.

Apesar de tal displicência por parte da IES, não me parece que os argumentos apresentados pela Seed sejam convincentes, no sentido de justificar o indeferimento do pedido de autorização de curso da recorrente. Primeiro, os comentários são sucintos e, por vezes, muito gerais, como, por exemplo, o de que os planos das disciplinas “apresentam formatos variados, porém, de uma forma geral, não contemplam os requisitos mínimos de organização metodológica de um curso a ser ofertado na modalidade a distância, conforme preconizado nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância”. Segundo, os aspectos analisados pela SEED foram, também, analisados pelos avaliadores do Inep, os quais atribuíram conceitos mais do que satisfatórios à proposta de curso. Por fim, a Seed poderia ter impugnado o relatório do Inep e entrado com recurso junto à CTAA, mas assim não procedeu.

Deste modo, acatou a avaliação do Inep, da qual posteriormente passou a discordar.

Em face do exposto, julgo que não há motivos suficientes para indeferir o pedido de autorização do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Sendo assim, os motivos alegados para o não credenciamento da IES para oferta de educação superior a distância ficam também superados.

## II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação a Distância (Seed), do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 59/2010, de 30 de agosto de 2010, para autorizar o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), com sede no Município de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste mesmo ato, voto favoravelmente ao credenciamento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), para oferta de curso superior na modalidade a distância, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 1.558, 3º andar, bairro Centro, no Município de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação Regional Integrada (FuRI), com sede no Município de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos seguintes polos de apoio presencial: Polo Santo Ângelo, localizado na Rua Universidade das Missões, nº 393, no Município de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul; e no Polo Santiago, localizado na Rua Batista Bonotto Sobrinho, s/n, no Município de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da oferta do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, com 200 (duzentas) vagas totais anuais.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012.

Conselheiro Reynaldo Fernandes – Relator

## III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2012.

Conselheiro Paulo Speller – Presidente

Conselheiro Gilberto Garcia – Vice-Presidente

**b) Faculdade de Tecnologia TEC Brasil**

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Centro Superior de Tecnologia TECBrasil Ltda. UF: RS ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia TECBrasil, com sede no Município de Caxias no Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

RELATOR: Arthur Roquete de Macedo e-MEC Nº: 200808188

PARECER CNE/CES Nº: 90/2012 COLEGIADO: CES APROVADO EM: 16/02/2012

**I – RELATÓRIO**

O presente processo trata da solicitação de credenciamento institucional da Faculdade de Tecnologia TECBrasil para oferta de educação superior na modalidade a distância, protocolizado no sistema e-MEC sob o nº 200808188, em 1º de setembro de 2009.

A Faculdade de Tecnologia TECBrasil é mantida pela Centro Superior de Tecnologia TECBrasil Ltda. e possui sua sede localizada na Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, bairro Cinquentenário, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

A IES está solicitando credenciamento para EAD, campus sede, e tem como Coordenador o Prof. Ms. Eduardo Muller Araújo, graduado em Ciências - Matemática e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Seus campi enfatizam a área profissional de Comércio e Gestão, com os cursos de Bacharelado em Engenharia de Computação e de Produção; Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Comunicação Institucional, Comércio Exterior, Designer de Produto, Logística, Marketing e Redes de Computadores; Cursos de Gestão Comercial, Financeira, de Qualidade, de Tecnologia da Informação e de Recursos Humanos, campus Caxias do Sul. Cursos em Marketing Internacional, Comércio Exterior, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Comercial e Gestão Financeira, campus Porto Alegre. E os cursos de Processos Gerenciais, Gestão de Recursos Humanos, Análise e Desenvolvimento de Sistema e Gestão da Qualidade ministrados no campus Bento Gonçalves. A integração entre os campi se dá através da Universidade Corporativa (UNIC), que estabelece as linhas diretrizes da IES, promovendo encontros com os campi, pelo menos, duas vezes ao ano.

As atividades na modalidade a distância, na IES, tiveram início em 2009, com a implantação dos 20% da carga horária do curso de Gestão Comercial, na modalidade semipresencial, oferecido aos docentes de capacitação em EAD, e a estruturação física do Núcleo de EAD.

De acordo com os autos, o referido processo de credenciamento tramitou, inicialmente, na Secretaria de Educação a Distância (Seed) e, posteriormente, foi encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para designação de comissão de avaliação in loco para averiguação das condições institucionais para a oferta da educação superior na modalidade a distância.

O Conceito Institucional e o Índice Geral de Curso da Instituição são, respectivamente, 4 (quatro) e 3 (três).

**II – MÉRITO**

De acordo com as informações processuais constantes na documentação disponibilizada, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) informa que a consolidação de seu Parecer tem por base o relatório de avaliação e o conjunto de elementos de instrução apresentados pela instituição interessada no processo ou solicitados por essa Secretaria em sua atividade instrutória, conforme o disposto no § 10 do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, alterado Decreto nº 6.303, de 2007.

A avaliação in loco das condições institucionais para credenciamento institucional para oferta de educação superior na modalidade a distância foi realizada na sede da Instituição, localizada na Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, bairro Cinquentenário, no Município de Caxias do Sul, no Estado do

Rio Grande do Sul. Após as análises pertinentes à Secretaria de Educação a Distância e em atendimento à legislação vigente, os autos foram encaminhados ao Inep para designação da comissão de avaliação in loco para fins de credenciamento. A comissão, constituída pelos professores Marcelo Nicoletti Franchin, Cleusa Alves Martins e Carmen Helena Barradas Calito, realizou visita no período de 23 a 26 de maio de 2010, gerando o Relatório nº 62.091, no qual foram atribuídos os conceitos “4” (quatro) para as dimensões Organização Institucional, Corpo Social e Instalações Físicas, o que permitiu conferir o Conceito Institucional “4” (quatro).

Em atendimento aos preceitos legais que regem o processo de credenciamento institucional para educação na modalidade a distância, transcrevemos abaixo os aspectos avaliados na sede da Instituição:

Plano de Desenvolvimento Institucional: a Instituição apresentou o PDI, no qual relata as ações a serem implementadas pela Faculdade de Tecnologia TECBrasil.

Segundo o PDI da Instituição, a FTEC tem por missão “oportunizar crescimento pessoal e profissional, promovendo ações de Educação Profissional em todos os níveis e modalidades, através do ensino, e da extensão; construindo e disseminando o conhecimento com o intuito de transformá-lo em vetor de desenvolvimento social. A FTEC tem por objetivo formar diplomados nas diferentes áreas profissionais e do conhecimento, aptos para a inserção e participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando para a sua formação contínua”.

#### Organização Institucional para Educação a Distância

Segundo a comissão avaliadora, a FTEC possui unidade específica para a gestão da modalidade de ensino a distância (NEAD), constituído por um coordenador e uma equipe multidisciplinar responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade.

Há na IES um sistema de controle de produção e distribuição de material didático, bem como estratégias de aperfeiçoamento dos processos e gestão da modalidade de EAD.

Segundo os avaliadores, 15% da carga horária dos cursos presenciais de Gestão Financeira e Comércio Exterior são realizadas a distância.

De acordo com as informações disponibilizadas no e-MEC, os demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeira mostram crescimento.

A dimensão Organização Institucional para Educação a Distância recebeu conceito 4 (quatro).

#### Corpo Social

Conforme o PDI, a instituição mantém programas de formação, treinamento e capacitação de docentes e tutores. Segundo as informações disponibilizadas no e-MEC, o corpo docente é formado por professores do ensino presencial, capacitados semestralmente para atenderem as especificidades do ensino a distância.

O coordenador e responsável pela gestão de EAD possui mestrado em matemática e especialização em EAD.

O corpo técnico-administrativo, responsável pela infraestrutura tecnológica, é composto por um coordenador de informática, um técnico em informática, um auxiliar de designer e tecnologia de informação e dois monitores.

A comissão avaliadora considerou, assim, que a estrutura do corpo social é “consistente”.

A dimensão Corpo Social recebeu conceito 4 (quatro).

#### Instalações físicas

As instalações físicas e os recursos de tecnologia respondem às necessidades dos estudantes. De acordo com os avaliadores, “ as Instalações físicas para EAD da FTEC, que compreendem auditório, anfiteatro, laboratórios de informática, secretaria de registro acadêmico, ampla área de convivência, banheiros devidamente adaptados, rampas de acessibilidade e elevadores em todos os pavimentos, biblioteca, de uso compartilhado, sala de tutoria, salas de aula, sala para tutor presencial e



a distância, sala de coordenação, atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta”.

A dimensão Instalações Físicas recebeu conceito 4 (quatro).

Em atendimento ao disposto na legislação vigente, a instituição protocolizou no sistema e-MEC os processos dos Cursos Superiores de Tecnologia em:

a) Processos Gerenciais (nº 200815480), o qual recebeu da Comissão de Avaliadores (Relatório de nº 62.159) o Conceito Final “3” (três), atribuindo um “perfil satisfatório de qualidade” e;

b) Gestão Pública (nº 200815698), cujo conceito final, atribuído pela Comissão de Avaliadores (Relatório nº 62.163), foi “4” (quatro), apresentando um “perfil BOM de qualidade”.

Em análise dos autos, transcrevemos as considerações apresentadas no Parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES):

“Definição da abrangência geográfica do credenciamento: no que concerne à abrangência geográfica do credenciamento para educação a distância, a instituição optou por ter como local de oferta de cursos na modalidade a distância os pólos de apoio presencial localizados na Rua Osvaldo Aranha, nº 419, Centro, na cidade de Bento Gonçalves; na Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, Cinquentenário, na cidade de Caxias do Sul, na Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, na cidade de Novo Hamburgo e na Rua Voluntários da Pátria, nº 678, Centro, na cidade de Porto Alegre, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Para definição da abrangência geográfica de atuação da IES na oferta de cursos superiores na modalidade a distância, foi realizada no pólo de apoio presencial cadastrado no Sistema e-MEC 200808188-42342, avaliação in loco, a qual originou relatório identificado com o código 62131.

No que concerne à abrangência para atuação da IES na modalidade de educação a distância e em atendimento ao Art. 10, do Decreto 5.622/05, os seguintes aspectos foram avaliados no pólo de apoio presencial em processo de credenciamento, para realização das atividades presenciais obrigatórias:

1. Polo Bento Gonçalves/RS (código de avaliação e-MEC 62131): Rua Osvaldo Aranha, 419, Centro. CEP: 95700-000.

Avaliadores: Valdemar Dias dos Santos e Marcio Mugnol.

Os avaliadores do INEP consideraram as condições do pólo condizentes com o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas e com as informações disponibilizadas pela instituição no sistema e-MEC.

#### Corpo Social

Embora alguns membros da tutoria presencial e do corpo técnicoadministrativo tenham sido substituídos, o quesito corpo social recebeu, em termos gerais, boas avaliações.

O coordenador do pólo possui graduação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação. O aspecto experiência acadêmica e administrativa do coordenador do pólo recebeu menção cinco (5). Nos termos colocados pelos avaliadores, “A titulação acadêmica de Mestre do Coordenador do Pólo, atende às exigências legais. Tem experiência prática e na atividade docência mais de 4 anos.

Seu vínculo empregatício é de 40 horas no Campus de Bento Gonçalves. Os Tutores indicados, sendo 2 para o curso de Gestão Pública e 2 para o curso de Processos Gerenciais, possuem formação superior na área do conhecimento na qual irão atuar e formação mínima lato sensu. A Secretária Acadêmica e todo o corpo técnicoadministrativo de apoio às atividades acadêmico-administrativas do Pólo satisfaz em quantidade, regime de trabalho e formação acadêmica”.

Segundo os avaliadores, haverá aproximadamente um (1) tutor para trinta e sete (37) alunos.

#### Instalações Físicas

Os espaços físicos oferecem condições adequadas de trabalho e atendimento aos estudantes. De acordo com os dados dispostos na avaliação, o pólo possui oito (8) laboratórios e cento e quarenta (140) computadores.

Além disso, as salas de encontros presenciais, salas de tutores, sala de coordenador, área de convivência, instalações sanitárias e o auditório apresentam boas condições de funcionamento. Aspectos relativos à acessibilidade também foram observados, e atendem às exigências.

O problema apresentado na avaliação diz respeito à bibliografia básica.

Segundo os avaliadores, o item livros da bibliografia básica recebeu menção dois (2), sendo, portanto, insatisfatória.

O Polo Bento Gonçalves recebeu conceito final quatro (4) e apresenta um perfil bom de qualidade.

2. Polo Caxias do Sul/RS (código de avaliação e-MEC 62141): Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, Cinquentenário. CEP: 95012-669.

Avaliadores: Carmen Helena Barradas Calito e Teresa Maria Malatian.

Após análise das informações do PDI, PPC e Regimento Interno dispostas no sistema e-MEC, os avaliadores consideraram que o polo Caxias do Sul atende adequadamente às condições do ensino em EAD.

Corpo social

A comissão constatou, após a análise da documentação apresentada pela instituição e dos documentos anexados no Sistema e-MEC, a existência de pessoal qualificado para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no pólo, com formação adequada e em quantidade suficiente.

Destaca-se que o coordenador do Pólo possui graduação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação.

De acordo com as informações disponibilizadas na avaliação do polo, cada tutor será responsável por no máximo trinta e oito (38) estudantes.

Instalações físicas

A infraestrutura recebeu, em termos gerais, boas avaliações. O polo de Caxias do Sul conta com dezesseis (16) laboratórios de informática equipados, cada um, com vinte (20) computadores. Além disso, foram constatados no local um auditório, anfiteatro, sala de coordenação, sala de tutoria e sala de tutoria individual.

A biblioteca possui vinte e três (23) computadores. De acordo com os avaliadores, as instalações e a bibliografia atendem às necessidades acadêmicas.

O Polo Caxias do Sul recebeu o conceito quatro (4) e apresenta um perfil bom de qualidade.

3. Pólo Novo Hamburgo/RS (código de avaliação e-MEC 62129): Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro. CEP: 93510-100

Avaliadores: Agnaldo Izidoro de Souza e Simone Regina Silvério da Silva.

A comissão avaliadora do INEP considerou boas as condições do polo Novo Hamburgo. Em termos gerais, a organização, o corpo social e a infraestrutura atendem adequadamente às demandas acadêmicas.

Apesar disso, os avaliadores constataram que o referido polo não consta no PDI da instituição.

Corpo Social

Após verificada a documentação disponibilizada no e-MEC, a comissão considerou a existência de pessoal qualificado para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no polo, com formação adequada e em número suficiente.

Ainda assim, há ressalvas quanto ao crescimento do número de alunos, que poderá comprometer a qualidade do corpo social.

Segundo os avaliadores, “O corpo docente apresenta-se motivado e com grande vinculação à instituição, as políticas de capacitação para a educação a distância dos docentes, e de acompanhamento do trabalho dos docentes, possuem condições de serem implementadas, como também a capacitação dos tutores. Alguns professores e profissionais administrativos envolvidos têm experiência em TI e EaD”.

O coordenador recebeu notas quatro (4) e cinco (5), respectivamente, nos quesitos titulação e experiência acadêmica.

#### Instalações físicas

As instalações administrativas (salas de coordenação, tutoria e atendimento) são adequadas para as atividades docentes e discentes do polo. O espaço de convivência também foi constatado no local.

Os aspectos limpeza, iluminação, acústica e segurança foram observados e atendem às exigências, assim como os laboratórios de informática e os recursos de tecnologia.

A biblioteca tem boas instalações para o acervo e também para os estudos. A bibliografia básica e complementar obtiveram conceito máximo cinco (5), embora os avaliadores entendam que “...PDI deva sinalizar os investimentos no que tange à política de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca”.

O referido polo satisfaz as condições de acesso aos portadores de necessidades especiais.

O polo Novo Hamburgo recebeu o conceito final quatro (4).

4. Polo Porto Alegre/RS (código de avaliação e-MEC 62138): Rua Voluntários da Pátria, nº 678, Centro. CEP: 90030-003.

Avaliadores: Andréa Elisa Silva Bernardes e Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga.

Inicialmente, a comissão avaliadora do INEP considerou atendidas todas as exigências referentes à documentação disponibilizada no sistema e-MEC.

#### Corpo Social

Todos os quesitos relativos ao corpo social receberam menção máxima cinco (5). O coordenador do polo possui titulação condizente com a função. Além disso, tem especialização na área de educação a distância. De acordo com os avaliadores, todos os tutores possuem formação relacionada aos cursos previstos, ressaltando que o corpo técnico-administrativo recebeu nota cinco (5), embora tenha-se observado que falta treinamento para o pessoal da secretaria, biblioteca e laboratórios.

#### Instalações Físicas

A comissão avaliadora definiu da seguinte maneira as instalações físicas do polo: “A infraestrutura apresentada pela IES é adequada, tendo espaços administrativos adequados à demanda de alunos, salas de aulas adequadas e suficientes, sala de tutoria montada e adequada, laboratório de informática, instalações sanitárias em número suficiente sendo bem cuidados e adaptados ao PNE, área de convivência pequena mas suficiente. Os recursos de informática e multimídia são atualizados e de qualidade, a biblioteca é bem organizada e atende suficientemente às necessidades, possuindo espaços para estudo em grupo e individual. O acervo apresenta os títulos a serem usados no primeiro ano dos cursos e a relação aluno/livro é maior do que 6, a bibliografia complementar e os periódicos também estão contemplados. O auditório atual tem capacidade para 70 pessoas, mas há um maior (para 250 pessoas) sendo finalizado”.

Outros ambientes foram identificados, tais como auditório, salas de tutoria, sala de coordenação, secretaria e laboratório de informática. Todos são adequados.

É importante destacar que condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais foram atendidas.

Os avaliadores chegaram à conclusão que “... o polo de apoio presencial, FTEC de Porto Alegre, apresenta um perfil MUITO BOM de qualidade”, sendo , portanto, nota cinco (5)”

Ao final do seu Parecer, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior manifestou-se favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia TECBrasil para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, recomendando a melhoria do acervo referente à bibliografia básica do Polo Bento Gonçalves.

### III – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, acolho o relatório da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior e voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia TECBrasil, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, bairro Cinquentenário, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Centro Superior de Tecnologia TECBrasil Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: Polo Bento Gonçalves - na Rua Osvaldo Aranha, nº 419, Centro, no Município de Bento Gonçalves, Polo Caxias do Sul - na Rua Gustavo Ramos Sehbe, nº 107, Cinquentenário, no Município de Caxias do Sul; Polo Novo Hamburgo - na Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, no Município de Novo Hamburgo; e Polo Porto Alegre - na Rua Voluntários da Pátria, nº 678, Centro, no Município de Porto Alegre, todos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da oferta dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Pública e de Tecnologia em Processos Gerenciais, com 1.200 (mil e duzentas) vagas totais anuais cada, na modalidade a distância.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2012.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Relator

### IV – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2012.

Conselheiro Paulo Speller – Presidente

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Vice-Presidente

# Normas para publicação na Revista Brasileira de Educação a Distância

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Desde sua fundação, em 23 de fevereiro de 1973, a entidade atua em todo o território nacional, associado a milhares de unidades educacionais.

O Instituto também edita publicações técnicas e periódicas, sendo a maioria eletrônica, disponibilizada através da Internet.

Dentre seus periódicos há quatro que circulam bimestralmente como revistas científicas:

- Atualidades em Educação (ISSN nº 0103 – 071X)
- Revista do Direito Educacional (ISSN nº 0103 – 717X)
- Revista Brasileira de Educação a Distância (ISSN nº 0104 – 4141)
- Administração da Educação (ISSN nº 1518- 2371)

O Instituto tem seu registro no ISBN sob o número 85927 e seus periódicos são devidamente arquivados na Biblioteca Nacional.

Todas as revistas são abertas à contribuição de autores nacionais e estrangeiros e as normas para submissão de artigos são as seguintes:

- Os artigos devem focar temas atuais e serem preferencialmente inéditos, isto é, sem ter ocorrido publicações em outra revista;
- Deverão conter um mínimo de 6 e um máximo de 15 páginas;
- Os autores devem observar os aspectos de direitos autorais, não trazendo nos conteúdos transcrições de obras que tenham copyright ou que estejam acima dos limites permitidos pela legislação vigente. Quando ocorrer citações deverão conter na Bibliografia os dados dos autores, conforme critérios da ABNT;
- Os textos devem ser remetidos digitados, podendo haver o encaminhamento através do e-mail [producaocientifica@ipae.com.br](mailto:producaocientifica@ipae.com.br) .
- Os autores deverão enviar, à parte, um currículo resumido;
- Ao submeterem os artigos os autores aceitam tacitamente as condições e normas do Instituto, estando ciente de que não haverá remuneração pelos mesmos;
- O Instituto apreciará no prazo máximo de quarenta e cinco dias os artigos e informará se foram aceitos ou não. Caso não sejam aceitos os autores ficam liberados para apresentação à outras entidades;
- Os autores, cujos trabalhos sejam aceitos, terão seus nomes incluídos entre os Colaboradores da Revista e a síntese de seus currículos será disponibilizada no site do Instituto. Poderão também vir a serem convidados para participar de foros eletrônicos e /ou presenciais realizados pela entidade;
- Os artigos deverão ser apresentados em português e /ou espanhol;
- Os artigos podem ser feitos por grupos de autores, não excedendo a três;
- O Instituto disponibilizará gratuitamente para seus colaboradores as edições das quatro revistas supracitadas, através da Internet;
- Ocorrendo a citação de siglas deve haver a especificação das mesmas no próprio texto ou final do trabalho;

- As citações em língua estrangeira e as que forem transcrições devem ser apresentadas entre aspas;
- O Instituto se reserva no direito de alterar as presentes normas sempre que necessário. As mesmas serão disponibilizadas no site [www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) .

(normas vigentes desde 21 de janeiro de 2010)